

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Dreisse Gabbi Fantineli

**PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
NOVA PALMA – RS – BRASIL: UMA ABORDAGEM NA
PERSPECTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR (PNAE)**

Santa Maria, RS
2017

Dreisse Gabbi Fantineli

**PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA
PALMA – RS – BRASIL: UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

Santa Maria, RS
2017

Dreisse Gabbi Fantineli

**PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA
PALMA – RS – BRASIL: UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),
como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia.

Aprovado em 10 de Janeiro de 2017:

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

César de David, Dr. (UFSM)

Elsbeth Léia Spode Becker, Dra. (UNIFRA)

Santa Maria, RS
2017

Dedico este trabalho aos meus pais, Eva e Elci;

E aquele que dá sentido à minha vida, meu filho Guilherme.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por sempre estar ao meu lado;

A minha família, em especial aos meus pais, pelo carinho, atenção e apoio de sempre. Ao meu filho Guilherme, que me mostra diariamente que para ser feliz não é preciso muito;

A amiga Aline Guterres, pelo incentivo de sempre. E a minha irmã do coração, Cris Godoy, pelo incentivo, carinho e atenção em todos os momentos;

Ao meu orientador, professor Eduardo, pela paciência, dedicação e ensinamentos durante os dois anos de orientação;

A professora Elsbeth, com quem tive o prazer de ser aluna e orientanda no trabalho final de graduação em geografia na UNIFRA, meu agradecimento pelas importantes contribuições de sempre;

Ao professor César, que mesmo não tendo sido aluna, foi muito importante tê-lo na banca da qualificação e da dissertação;

Aos demais professores do PPGGEO, pelos ensinamentos passados nas aulas;

A Liliane, secretária do PPGGEO, pelos esclarecimentos e atenção sempre que precisei;

A todos os colegas, em especial, a Deise, Helena e Altair, pelo ótimo tempo que passamos juntos nesta caminhada;

A Universidade Federal de Santa Maria, por me proporcionar um ensino de qualidade;

A CAPES, pela bolsa durante o período do mestrado;

A extensionista da Emater do município de Nova Palma/ RS, pela atenção, dedicação e esclarecimentos, durante toda pesquisa de campo; agradeço também a extensionista da Emater do município de Faxinal de Soturno, e ao técnico da Emater do município de São João do Polêsine, por me acompanhar nas propriedades dos agricultores;

A nutricionista da prefeitura do município de Nova Palma/ RS, pela atenção e explicações sempre que solicitado.

A merendeira da escola, a qual foi muito atenciosa durante a entrevista;

A todos os agricultores familiares participantes do PNAE no município de Nova Palma, que contribuíram muito com esta pesquisa, pois sem vocês, isso não seria possível. Agradeço imensamente pela ótima recepção em todas as propriedades;

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA – RS – BRASIL: UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

AUTORA: Dreisse Gabbi Fantineli
ORIENTADOR: Eduardo Schiavone Cardoso
Local e Data: Santa Maria, 10 de Janeiro de 2017.

O presente trabalho tem como tema central a produção da agricultura familiar no município de Nova Palma – RS e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O objetivo geral da pesquisa foi analisar as influências sociais e econômicas do Programa no município. Os objetivos específicos são: a) evidenciar os aspectos positivos e as contradições do PNAE e sua relação com a agricultura familiar no município; b) identificar aspectos para a valorização da agricultura familiar por meio do PNAE; c) verificar a contribuição dos produtos agrícolas do PNAE na qualidade da merenda escolar das escolas do município; d) determinar a contribuição do PNAE na geração de trabalho e renda na agricultura familiar. Foram realizadas entrevistas com os agricultores familiares que participam do PNAE, com a extensionista da Emater do município, com a nutricionista da prefeitura e com uma merendeira escolar, para ser possível ter a visão de cada segmento sobre questões como: contribuição do Programa na valorização da agricultura familiar, a qualidade dos alimentos fornecidos e a segurança alimentar. O trabalho foi realizado nas seguintes etapas: pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo e a análise e discussão dos resultados. No município em questão, o PNAE contribui para a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, gerando trabalho e uma renda extra para os produtores. Também contribui no fornecimento de alimentos mais naturais e menos industrializados, aumentando a qualidade da merenda escolar no município.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; PNAE; Segurança Alimentar.

ABSTRACT

PRODUCTION OF FAMILY AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF NOVA PALMA - RS - BRAZIL: AN APPROACH TO THE PERSPECTIVE OF THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM (PNAE)

Author: Dreisse Gabbi Fantineli

Advisor: Eduardo Schiavone Cardoso

Date and place of defense: Santa Maria, January, 10, 2017.

The present work has as central theme the production of family agriculture in the municipality of Nova Palma - RS and the National School Feeding Program (PNAE). The general objective of the research was to analyze the social and economic influences of the Program in the municipality. The specific objectives are: a) to show the positive aspects and contradictions of the PNAE and its relation with family agriculture in the municipality; B) identify aspects for the valorization of family agriculture through the PNAE; C) verify the contribution of agricultural products of PNAE in the quality of school meals in the municipal schools; D) determine the contribution of the PNAE in the generation of work and income in family agriculture. Interviews were carried out with the family farmers who participate in the PNAE, with the city's Emater's extensionist, the city's nutritionist and a school lunch-box, in order to be able to view each segment on issues such as: Family farming, the quality of food supplied and food security. The work was carried out in the following stages: bibliographic research, the field work and the analysis and discussion of the results. In the municipality in question, the PNAE contributes to the valorisation and strengthening of family agriculture, generating work and an extra income for the producers. It also contributes to the supply of more natural and less industrialized foods, increasing the quality of school meals in the municipality.

Keywords: Family Agriculture; PNAE; Food Safety.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAMNPAL – Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PEAF – Programa Estadual de Agroindústria Familiar

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Procedimentos metodológicos da pesquisa	24
Figura 2: Mapa de localização da área de estudo	28
Figura 3: Ano de inclusão dos agricultores familiares no PNAE	51
Figura 4: Produtos (pães e bolachas) fornecidos pela agroindústria ...	53
Figura 5: Dia de entrega dos produtos na prefeitura	56
Figura 6: Produto entregue para a merenda escolar	60
Figura 7: Acesso a outros Programas.....	64
Figura 8: Alguns equipamentos das Agroindústrias	66
Figura 9: Agroindústria do Programa PEAFF	67
Figura 10: Selo Gaúcho	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais produtos agrícolas cultivados no Município de Nova

Palma/ RS 26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Outros pontos de venda dos produtos citados pelos produtores	55
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. METODOLOGIA	20
2.1 Caracterização da área de estudo	25
3. SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR.....	29
3.1 Agricultura Familiar: conceitos	32
3.2 Importância da agricultura familiar	36
4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	40
5. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	44
5.1 Um breve histórico do PNAE	44
5.2 O PNAE e a Agricultura Familiar	48
5.3 O PNAE, a geração de renda e a valorização dos agricultores familiares.....	51
5.4 O PNAE, a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar	59
5.5 O acesso a outros programas	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICES	79

1. INTRODUÇÃO

Dentre as diversas áreas que a Geografia estuda, está a questão do campo e suas complexidades. Para mostrar a necessidade de se estudar mais essa questão complexa do rural, Oliveira (2001) traz uma contribuição com relação ao estudo do campo pela ciência geográfica,

A produção geográfica, felizmente, começa a ser submetida a uma crítica profunda, comprometida com a transformação do mundo. É pois urgente produzir uma geografia sobre o campo que possibilite o seu entendimento; ou, mais que isto, uma geografia que possa servir de instrumento para a transformação do campo, e se possível também, da cidade (OLIVEIRA, 2001, p. 7).

É sabido que o capitalismo é marcado principalmente pelo seu desenvolvimento desigual, e no campo, fica fácil de verificar essa situação. Para Salamoni (2015, p. 161) “na maioria das vezes, a intensificação das relações de produção capitalistas estabelecidas entre o setor industrial e agrícola, encontra seu reverso na gradativa subordinação da pequena unidade familiar”. E complementando mais essa questão da influência do capitalismo no campo, Oliveira (2001, p. 11) explica que:

Se, por um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais. Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há a fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à sua reprodução física.

A modernização da agricultura, na maioria dos casos, faz com que o pequeno agricultor esteja cada vez mais subordinado ao setor industrial, e um exemplo interessante que fica claro essa questão é conforme fala Graziano Neto (1986), sobre a necessidade de padronização da matéria-prima e da distribuição dessa produção de forma com que seja mais conveniente a indústria, forçando os agricultores a aderirem certas técnicas ou sistemas de

cultivo ou criação. Um exemplo marcante é o caso do algodão, onde os teares industriais já instalados estabelecem que os fios sejam de fibras curtas, assim, influenciando nas variedades que devem ser cultivadas. Na agroindústria do tomate, a indústria que processa, também impõem as áreas, o período do plantio, a irrigação e as variedades que devem ser cultivadas, tudo isso, para adequar a produção aos seus próprios interesses. É mais uma vez os processos produtivos da agricultura sendo determinados pelo setor não agrícola.

A agricultura além de ser o setor base para a produção de alimentos da população, também é essencial para o desenvolvimento econômico de uma nação. Conforme afirma Diniz (1984, p. 19) “apesar do grande desenvolvimento industrial e da expansão urbana, a agricultura representa papel fundamental no mundo de hoje”. Ou seja, mesmo o nível de industrialização de um determinado país ser elevado, a agricultura não perde importância. “O desenvolvimento científico e tecnológico vem alterando os seus padrões tradicionais, porém ela continua responsável pela alimentação da humanidade” (DINIZ, 1984, p. 19).

A agricultura com sua tamanha importância e complexidade, vem sendo estudada por várias áreas do conhecimento, e na ciência geográfica vem ganhando destaque através dos estudos agrários. Nesse caso, é importante a contribuição de Diniz (1984, p. 30/31):

Definir é sempre tarefa difícil, mas poderíamos ter melhor aproximação do assunto dizendo que a Geografia da Agricultura é uma análise espacial em que se procura descobrir por que as distribuições espaciais estão estruturadas de uma determinada forma. E o nosso campo se amplia ainda mais com vasta dimensão temporal, pois não se pode separar estrutura de processos. A fim de respondermos a perguntas do tipo *O que é agricultura?*, somos forçados a ir mais longe, perguntando a respeito do seu funcionamento, se funciona como previsto e, em caso negativo, por que isso ocorre. Arriscaríamos ainda a avançar mais, talvez num campo que não seja apenas do geógrafo, mas de equipes interdisciplinares, as únicas que têm condições de responder a perguntas do tipo *Pode-se melhorar o sistema?*, *Quais os efeitos das mudanças provocadas na agricultura para que ela atinja os objetivos desejados?*

Com o nosso campo ampliado, queremos entender alguns pontos dessa Geografia Agrária, focando na agricultura familiar, um segmento que até pouco

tempo atrás, não tinha conseguido o seu reconhecimento e sua consolidação para conseguir a atenção do poder público, o que tem sido mudado devido ao seu grande potencial para o desenvolvimento do país em vários sentidos.

A agricultura familiar por muito tempo deixou de ser vista devido ao fato dos olhares estarem voltados para a produção para a exportação, ou seja, para os médios e grandes produtores. Foi com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, que as políticas públicas voltadas para esse segmento começaram a crescer.

A agricultura familiar tem grande importância para o país devido a várias questões, uma delas é a de produzir grande parte dos alimentos que abastecem o mercado interno. Também possui um papel importante no desenvolvimento sustentável. “A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável e também na geração de emprego e renda e na segurança alimentar” (GOMES, 2004, p. 2).

Devido a menor escala de produção, a variedade de produtos, a procedência, a qualidade dos alimentos, está contribuindo para a segurança alimentar da população. Moreira (2013, p. 1) coloca que:

No âmbito da agricultura familiar há uma importância cada vez maior em se produzir hortaliças e frutas com padrões de qualidade, que sejam livres de resíduos de agrotóxicos e que não comprometam o ambiente agrícola, respeitando-se, também, os princípios da segurança alimentar.

A produção familiar tem grande potencial para a geração de renda, para manter o homem no campo, produzir alimentos com qualidade e também, produzir de uma forma visando à sustentabilidade. Santos (2001 apud SANTOS, TONEZER, RAMBO, 2009, p. 8), coloca:

A agricultura familiar ainda é a forma preponderante de produção agrícola em várias áreas do país, e também é condição fundamental para que haja uma sobrevivência para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros. Portanto, é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil, e se devidamente apoiada por políticas públicas e ancorada em iniciativas locais, pode se transformar na grande potencializadora de um desenvolvimento descentralizado e voltado para uma perspectiva de sustentabilidade.

Mas para que seja possível os agricultores familiares conseguirem desempenhar seu potencial para um desenvolvimento é necessário existir políticas públicas que deem suporte e auxiliem os mesmos na busca de um desenvolvimento voltado para a sustentabilidade, ou seja, que leve em conta os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Entre os programas para a agricultura familiar, está o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que a partir de 2009 fica estabelecido que no mínimo 30% dos produtos para a merenda escolar devem ser adquiridos da agricultura familiar. Esse programa possui vários objetivos, dentre os quais podemos destacar, ajudar no fortalecimento da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar das crianças e jovens beneficiados com a merenda.

Poucos estudos se destinam a verificar as inserções das políticas públicas federais, como o PNAE, e detectar os resultados locais, para os habitantes do município, no sentido de melhorar a qualidade da merenda escolar e permitir trabalho e renda para a agricultura familiar local.

A problemática da pesquisa é entender porque é importante e necessário estudar o PNAE e sua relação com a agricultura familiar no município de Nova Palma?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as influências sociais e econômicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Nova Palma – RS. Os objetivos específicos são: a) evidenciar os aspectos positivos e as contradições do PNAE e sua relação com a agricultura familiar no município; b) identificar aspectos para a valorização da agricultura familiar por meio do PNAE; c) verificar a contribuição dos produtos agrícolas do PNAE na qualidade da merenda escolar das escolas do município; d) determinar a contribuição do PNAE na geração de trabalho e renda na agricultura familiar.

O próximo capítulo é sobre a metodologia adotada para conseguir alcançar os objetivos propostos na pesquisa. O capítulo 3 trata da questão da segurança alimentar, focando no seu conceito, e suas mudanças até se chegar a um conceito que consiga abranger a complexidade desse tema de grande importância. Trata também da agricultura familiar, abordando os conceitos

usados para definir esse segmento, e também, a importância da agricultura familiar, focando na produção de alimentos e na sustentabilidade.

O capítulo 4 aborda as políticas públicas relacionado com a agricultura familiar no Brasil, focando na questão de lutas que os agricultores familiares travaram para conseguir seu espaço, e buscarem seus direitos na esfera pública.

O capítulo 5 trabalha o PNAE, com um breve histórico e a questão do Programa com os agricultores familiares, mostrando a importância que ambos possuem, tanto para garantir alimentos de qualidade na merenda escolar como também garantir a venda e assim a renda para os agricultores participantes do programa. Neste capítulo também é realizado a análise e discussão dos resultados, através das entrevistas realizadas a campo, divididas nas seguintes temáticas: o PNAE, a geração de renda e a valorização dos agricultores familiares; o PNAE, a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar; e, o acesso a outros programas. E por fim, as considerações finais da pesquisa.

2. METODOLOGIA

A metodologia é uma importante fase diante do processo de construção científica, pois descreve as etapas de construção da pesquisa. Para Minayo (1996) a metodologia inclui concepções teóricas de abordagem, um conjunto de técnicas que possibilita a construção da realidade e dá o passo inicial para desvendar o potencial criativo do investigador.

As etapas da pesquisa (Figura 1) foram: primeiramente foi feito uma caracterização geográfica do município de Nova Palma – RS, evidenciando os aspectos naturais, históricos e culturais, dando ênfase na economia do município. Para a realização desta etapa foram consultados materiais disponíveis no site da prefeitura do município e do IBGE. A construção da revisão de literatura centrou-se em 3 temas essenciais, sendo a segurança alimentar, a agricultura familiar e as políticas públicas (destacando o PNAE).

A segunda etapa foi o trabalho de campo, para conseguir alguns dados importantes sobre a produção dos agricultores familiares, junto a EMATER do município. A partir daí, foi construído o instrumento de coleta de dados na forma de entrevistas, sendo que o tipo de entrevista que mais se encaixou nesta pesquisa foi à entrevista semi-estruturada. Para Moraes, Viero e Souza (2008, p. 22), “a entrevista é considerada por cientistas sociais como um instrumento de excelência para a pesquisa de campo”. Juntamente com as entrevistas foi feita uma observação livre, para ser possível uma maior discussão com os resultados.

Foram entrevistados os agricultores familiares participantes do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) do município de Nova Palma/ RS, que no caso, são em número de sete (7), (sendo que são 4 produtores de Nova Palma/ RS, 2 de Faxinal do Soturno/ RS e 1 de São João de Polêsine/ RS) a extensionista da Emater do município, a nutricionista da prefeitura e uma merendeira de uma das escolas beneficiadas com os alimentos. A seguir o perfil dos agricultores entrevistados:

- Nova Palma:

Produtor 1: Agroindústria (4 famílias de quilombolas) – fornecem pães e bolachas.

Produtor 2: fornece alface, tempero verde, beterraba, repolho, moranga cabotiá e laranja.

Produtor 3: fornece milho e ervilha.

Produtor 4: fornece mandioca, batata doce, cebola e alho.

- Faxinal do Soturno:

Produtor 5: Agroindústria (2 famílias – cunhadas) – fornecem agnolini e massa.

Produtor 6: Agroindústria – fornece geléia.

- São João do Polêsine:

Produtor 7: fornece bananas.

Como é possível verificar, os produtores não são todos de Nova Palma, este fato é em razão de que quando não se encontra produtos necessários para a merenda no próprio município, existe a possibilidade de comprar os alimentos de agricultores dos municípios vizinhos, como no caso, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine, pois conforme o MDA (2013, p. 4) “(...) compra de produtos diversificados, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município onde está localizada a escola, ou na mesma região (...)”.

As entrevistas foram realizadas no decorrer do ano de 2016, nas propriedades dos entrevistados, com exceção do produtor de São João do Polêsine que foi realizada no escritório da Emater do município, pois o mesmo tinha que vir até o escritório. Sobre as entrevistas acho importante colocar a questão do respeito com que fui tratada por todos os produtores, pela nutricionista, pela extensionista e pela merendeira escolar, fui muito bem recebida por todos, sendo que também me esforcei ao máximo para tratar a todos com o devido respeito que mereciam. Isso vai de acordo com o pensamento de Hespanhol (2015, p. 55):

Um aspecto relevante quando se trata de trabalho de campo, principalmente na Geografia Humana, que envolve uma maior relação de proximidade entre o pesquisador e o pesquisado, refere-se à necessidade do respeito com relação ao outro. O estabelecimento dessa relação pressupõe o desenvolvimento de algumas habilidades,

tais como: saber ouvir; valorizar o modo de vida, a cultura, os valores e a opinião do outro; etc.

A escolha do método a ser usado na pesquisa é de grande importância, pois é esse que irá auxiliar o pesquisador durante todo o estudo e até mesmo justificar suas escolhas sobre o caminho a ser trilhado. Marconi e Lakatos (2009, p. 83) falam que,

Assim, o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Sendo assim, a pesquisa utilizou o método dialético, pois este método permite estudar as contradições, que é um dos aspectos a ser pesquisado no trabalho, pois conforme Japiassu e Marcondes (1990 apud SPOSITO, 2004, p. 39), “o método dialético é aquele que procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”. Marconi e Lakatos (2009, p. 106) complementam falando que o método dialético é o “que penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Por isso a escolha desse método, pois é o que mais se adequa para conseguir alcançar os objetivos da pesquisa.

Sobre a escolha da pesquisa quantitativa ou qualitativa, Pessôa (2015, p. 17) fala que “a escolha entre a pesquisa quantitativa e qualitativa deve ser feita a partir dos objetivos que se deseja alcançar, isto é, em benefício da pesquisa e não do pesquisador”, sendo assim, este estudo é caracterizado como qualitativo, pois de acordo com Moraes, Viero e Souza (2008, p. 15), “este tipo de pesquisa, a qualitativa, permite descrever qualidades dos fenômenos ou objetos de estudo, (...)”.

Pessôa (2015, p. 18) traz uma importante contribuição sobre a pesquisa qualitativa, falando que “(...) é importante a imersão do pesquisador no contexto de interpretar e interagir com o objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos”. Sobre essa questão de interagir com o objeto estudado, é muito importante a ida ao campo, para ter contato direto com tudo o que diz respeito a pesquisa. Ainda mais na

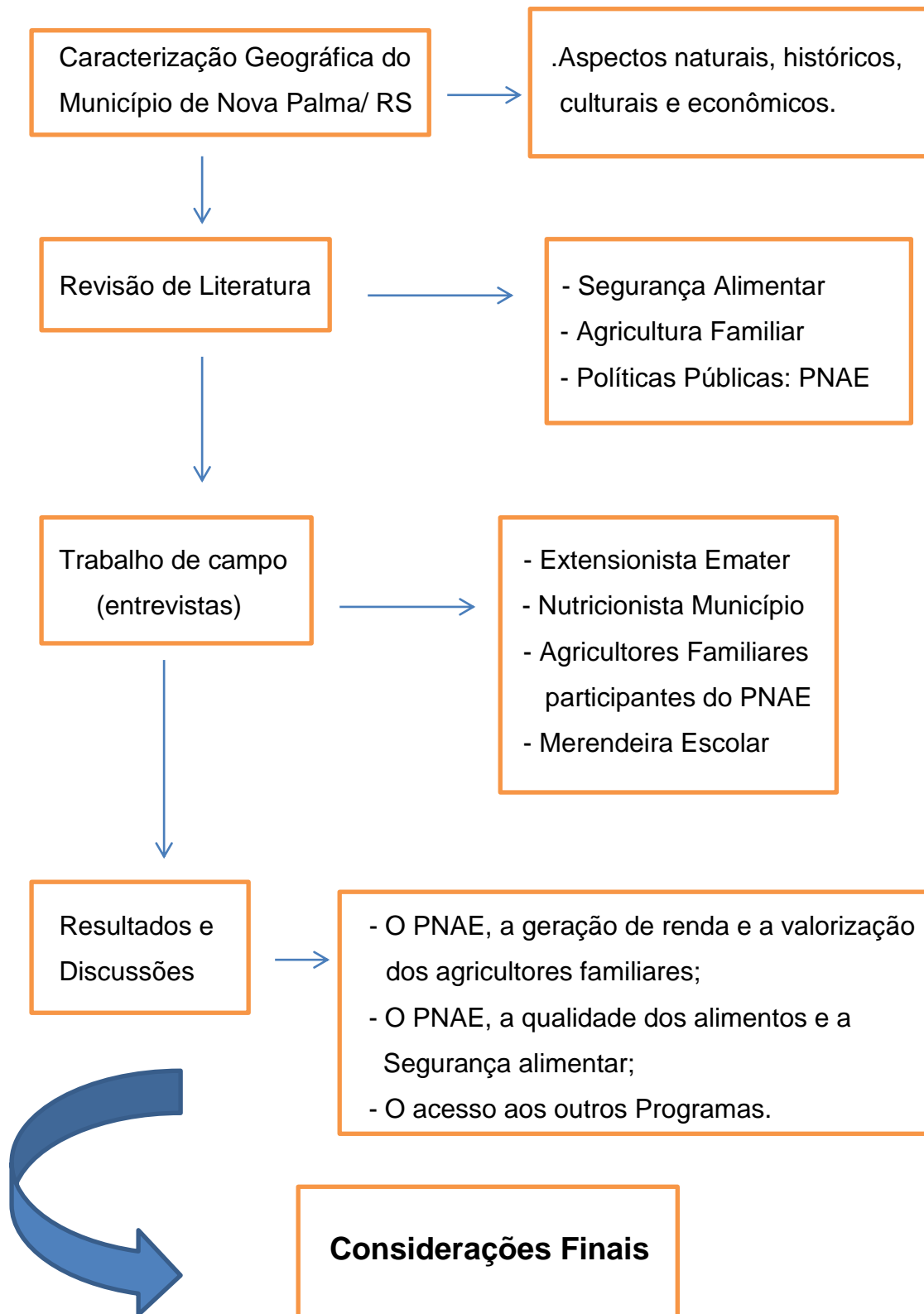
agricultura, que não deixa de ser um tema complexo, pois para Diniz (1984, p. 31):

O contato pessoal com as áreas agrícolas é sempre recomendável, pois um trabalho totalmente realizado num plano abstrato poderá conduzir a uma visão distorcida do mundo real e a uma dissociação total dos problemas de produção, das questões sociais, enfim, da vida rural.

Sobre o estudo de campo, vários autores concordam falando da importância do pesquisador ir a campo, para conhecer a realidade do objeto de estudo e de tudo que está relacionado com o mesmo. Para Gil (2009) no estudo de campo, o pesquisador é quem realiza grande parte do trabalho, enfatizando a importância da experiência direta entre o pesquisador com a situação de estudo. Também, é exigido do pesquisador que fique o maior tempo possível na determinada comunidade, pois é com essa imersão na realidade que será possível entender as regras, os costumes e as convenções que regem o determinado grupo estudado.

Na etapa final foi feito a análise dos resultados e o debate com o referencial teórico, para ser possível atingir os objetivos propostos, e por fim, a finalização da pesquisa.

Figura 1: Procedimentos metodológicos da pesquisa



Fonte: Organizado pela autora.

2.1. Caracterização da Área de estudo

A Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul está localizada na região Centro – Oeste do Estado, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, e foi criada com o objetivo de receber as primeiras 70 famílias de imigrantes italianos ao núcleo colonial de Silveira Martins. Em seguida, com a vinda de mais famílias, foram sendo definidos os lotes e os novos núcleos criados, sendo que alguns locais já eram habitados por colonizadores poloneses e alemães (ITAQUI, 2002).

Com a chegada dos italianos, iniciou-se o processo de desenvolvimento da região, com a “limpeza” das áreas para dar lugar ao plantio e também com a seletiva extração das madeiras nobres. Assim, os vales e morros cobertos pela vegetação, foram dando lugar para os cultivos agrícolas (ITAQUI, 2002). Ainda de acordo com o autor (2002, p. 35) “o conceito Quarta Colônia foi resgatado em 1989 e tem sido usado para identificar as ações conjuntas entre os municípios de colonização italiana que a compõem”.

A região da Quarta Colônia é formada por nove municípios, sendo: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande, Ivorá, Silveira Martins, Agudo e Restinga Sêca, sendo estes dois últimos integrados mais tarde na região.

A pesquisa será realizada no município de Nova Palma. Ainda quando Distrito, o município teve o nome de Barracão e de Soturno (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). O nome de Barracão foi devido à construção do rústico barraco que abrigava os agrimensores e colonizadores na margem direita do Rio Portella, o qual hoje é um dos bairros do município, e Soturno, devido ao rio com mesmo nome que serviu de travessão zero no loteamento (IBGE e PREFEITURA MUNICIPAL, S/D).

No início Nova Palma pertenceu ao município de Rio Pardo, seguido por Cachoeira do Sul e São Martinho, até que em setembro de 1891 passou a pertencer a Vila Rica, que é hoje Júlio de Castilhos. E em abril de 1913, o Decreto Intendencial de Júlio de Castilhos, torna oficial o nome de Nova Palma, nome sugerido pelos líderes locais devido a grande quantidade de coqueiros e palmeiras que existiam pelo local. E em julho de 1960 a Lei Estadual 3.933,

cria o município de Nova Palma (Figura 2), após um vitorioso plebiscito (IBGE e PREFEITURA MUNICIPAL, S/D).

Nova Palma possui uma população aproximada de 6.588 habitantes (IBGE), tendo uma economia baseada na agropecuária (Tabela 1), nas indústrias de pequeno porte e na significativa presença da CAMNPAL (Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda) (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). Na agricultura, “com destaque para o cultivo de feijão, fumo e milho” (ITAQUI, 2002, p. 36). Como é possível observar, no decorrer dos anos, houve uma mudança na quantidade dos cultivos agrícolas no município, pois o feijão que antes tinha destaque na produção, com o passar dos anos, foi perdendo espaço, e como é possível verificar na tabela 1, a soja é que está como o produto agrícola com maior destaque atualmente.

Tabela 1 – Principais produtos agrícolas cultivados no Município de Nova Palma/RS.

Produto	Quantidade (ton.)	Área plantada (hectares)
Arroz (em casca)	1050	150
Batata doce	325	25
Batata inglesa	189	10
Feijão (em grão)	1660	1100
Fumo (folha)	1980	1100
Mandioca	3000	100
Milho (em grão)	8400	2000
Soja (em grão)	16500	5500
Trigo (em grão)	2700	900

Fonte: MANFIO (2015, p. 193).

Sobre a economia do município, Manfio (2014, p. 72) complementa falando que:

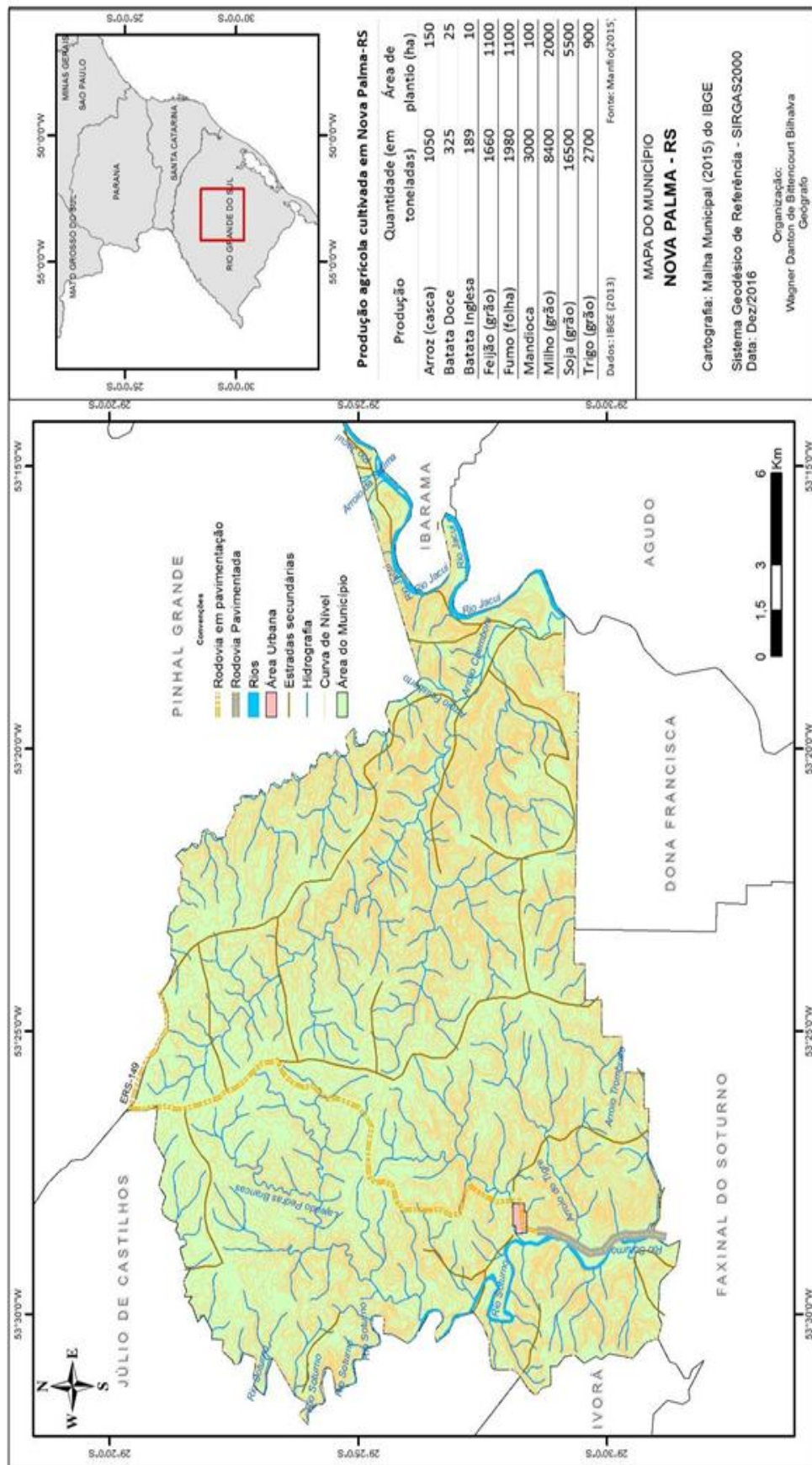
Salienta-se que o município de Nova Palma é composto, em sua maioria, de pequenas propriedades de policultura e agricultura familiar, assim o desempenho da CAMNPAL têm proporcionado novas dinâmicas, não apenas no espaço urbano, mas rural.

E com relação a forte influência da CAMNPAL na economia do município, Manfio (2014), coloca que com o desenvolvimento da CAMNPAL, o município de Nova Palma começa a ter novas perspectivas de crescimento

econômico e social, como por exemplo, o turismo, devido ao Balneário do município ou também aos artefatos culturais- rurais. Além da modernização agrícola que tem ajudado no desenvolvimento do espaço rural.

O município possui vários atrativos naturais e culturais que atraem muita gente, dentre eles está o Balneário Municipal e a Rota das Esculturas que é um conjunto de 12 obras esculpidas pelo artista Rogério Bertoldo (PREFEITURA MUNICIPAL, S/D). A Rota das Esculturas pertence ao município de Júlio de Castilhos/ RS, porém, fica mais próximo de Nova Palma, por isso muitos até acreditam e falam que pertence a este município.

Figura 2: Mapa de localização da área de estudo e produção agrícola cultivada



3. SEGURANÇA ALIMENTAR E AGRICULTURA FAMILIAR

A questão da segurança alimentar nos últimos anos vem sendo cada vez mais discutida. Para Belik (2003) desde os tempos coloniais no Brasil, já existia por parte dos governantes uma preocupação com a alimentação das pessoas. E essa preocupação se transforma nas políticas públicas a partir do século XX, com a manifestação dos movimentos sociais contra a carestia. Sobre o conceito de segurança alimentar, Burity, Franceschini e Valente (2010, p. 11) falam que:

O conceito de SAN, Segurança Alimentar e Nutricional, é um conceito em construção. A questão alimentar está relacionada com os mais diferentes tipos de interesses e essa concepção, na realidade, ainda é palco de grandes disputas. Além disso, o conceito evolui na medida em que avança a história da humanidade e alteram-se a organização social e as relações de poder em uma sociedade. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o termo segurança alimentar passou a ser utilizado na Europa. Nessa época, o seu conceito tinha estreita ligação com o conceito de segurança nacional e com a capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares.

É a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que esse conceito ganha força, e, em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Após a Segunda Guerra, a segurança alimentar foi hegemonicamente tratada como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, para isso, foi instituída iniciativas de promoção de assistência alimentar, que eram feitas em especial, a partir dos excedentes de produção dos países ricos. Já no início dos anos 70 a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação no ano de 1974, a verificar que era necessário existir uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada também a um aumento na produção de alimentos para a garantia da segurança alimentar (BURITY, FRANCESCHINI e VALENTE, 2010).

É possível verificar que a cada período, existia mudanças sobre a questão da segurança alimentar e produção de alimentos, pois conforme Burity, Franceschini e Valente (2010), no fim dos anos 80 e início dos 90, a conceituação de segurança alimentar incorporou também, a noção de acesso a alimentos seguros, ou seja, não contaminados biológica ou quimicamente.

Essa visão se consolidou em Roma, no ano de 1992, com a Conferência Internacional de Nutrição, realizada pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), agregando também, o aspecto nutricional e sanitário ao conceito, que passa a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional. E no início da década de 90, um forte movimento consolida-se em direção a reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (1966). E no caso do Brasil, os autores seguem falando que:

No Brasil, o conceito vem sendo debatido há pelo menos 20 anos e da mesma forma sofre alterações em função da própria história do homem e das sociedades. O entendimento de segurança alimentar como sendo “a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna” foi proposto em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994. É importante perceber que esse entendimento articula duas dimensões bem definidas: a alimentar e a nutricional. A primeira se refere aos processos de disponibilidade (produção, comercialização e acesso ao alimento) e a segunda diz respeito mais diretamente à escolha, ao preparo e consumo alimentar e sua relação com a saúde e a utilização biológica do alimento (BURITY, FRANCESCHINI e VALENTE, 2010, p. 12).

A segurança alimentar pode estar relacionada a vários fatores como a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, ou seja, com relação à qualidade dos alimentos, a questão do acesso aos alimentos, também, com relação à quantidade de nutrientes fornecidos pelos alimentos, entre outros. Conforme Maluf e Menezes (p. 2) “[...] outros aspectos devem também ser considerados, de maneira que se identifiquem as condições necessárias para que prevaleçam melhores condições alimentares, seja nos planos locais e nacionais ou no plano global”.

Esses aspectos num primeiro momento seria no que diz respeito à qualidade dos alimentos e sua sanidade. Ou seja, todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional e que não tenham componentes químicos que possam afetar a saúde humana. O outro ponto está relacionado no respeito aos hábitos e à cultura alimentar, ou seja, exige-se aqui que seja

levado em conta a dimensão do patrimônio cultural que está intrínseco nas preferências alimentares das comunidades locais e também nas suas técnicas de preparo e consumo. E um terceiro ponto está relacionado com a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a segurança alimentar, não está apenas em garantir a produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas no presente, e sim, também em não comprometer essa mesma capacidade no futuro, tanto da produção, distribuição e consumo (MALUF e MENEZES).

Complementando essa questão da segurança alimentar, Gazolla e Schneider (2007, p. 113) colocam que:

Assim, a definição do que seja a segurança alimentar compreenderia não só a questão do acesso permanente das pessoas (agricultores) aos alimentos. Também constituiriam dimensões do conceito a qualidade nutricional dos alimentos e o seu fornecimento de acordo com as necessidades dos indivíduos. Faz-se, também, de suma importância a definição da segurança alimentar na questão dos hábitos alimentares, devendo esta estar de acordo com a “cultura” alimentar de uma dada população.

É possível perceber que o conceito de segurança alimentar é amplo e complexo, mas fica claro também, que acima de tudo, se baseia na ideia de garantir alimentos de qualidade e quantidades nutricionais adequadas para suprir as necessidades básicas, e permitir o acesso aos mesmos. E para que possa ser possível garantir isso para a população, é necessário ligar a segurança alimentar com políticas públicas, Caporal e Costabeber (2003) trazem essa relação:

A expressão segurança alimentar, como conceito orientador para políticas públicas, apareceu em 1974, durante a Conferência Mundial da Alimentação promovida pela FAO. Em 1996, a FAO estabelecia um conceito mais ambicioso, ao afirmar que se trata de *assegurar o acesso aos alimentos para todos e a todo o momento, em quantidade e qualidade suficientes para garantir uma vida saudável e ativa*. A partir do estabelecimento deste conceito, ficou mais patente a importância de uma agricultura que produza alimentos básicos (e não apenas *commodities*), com adequada qualidade biológica. Ademais, o conceito alerta para a necessidade de que a agricultura seja mais respeitosa com o meio ambiente, de modo a assegurar a conservação da base de recursos naturais indispensável para a produção ao longo do tempo (CAPORAL e COSTABEBER, 2003, p. 154).

Portanto, o poder público possui a responsabilidade de criar políticas públicas que tenham por objetivo garantir a segurança alimentar da população, seja no acesso e na qualidade dos alimentos.

3.1 Agricultura Familiar: conceitos

Atualmente, existe uma dificuldade de conceituar a agricultura familiar, que se afirmou a partir de 1996, com o surgimento do PRONAF. Para Schneider e Niederle, até antes de 1990, quase inexistia referência à agricultura familiar no país, pois os termos usados para se referir a essa categoria eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência e até mesmo produtor de baixa renda. Segundo Wanderley (2004, p. 43) “para uns, o conceito de agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento”. Ou seja, uma definição baseada em cima dos objetivos do programa, que seria voltado no caso, aos créditos agrícolas. De acordo com a autora (2004), a agricultura familiar, para outros, corresponde a um certo grupo de agricultores, que tem a capacidade de adaptação frente as modernas exigências do mercado, se opondo aos demais “pequenos produtores”, os quais são incapazes de conseguir assimilar essas modificações.

Nesse sentido, Altafin (S/D) também traz contribuições, mostrando que definir a categoria da agricultura familiar é complexo, pois é possível encontrar uma diversidade de bibliografias que abordam o tema com inúmeras faces e fala que:

Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, S/D, p. 1).

Assim, adentrando ao conceito de agricultura familiar, Wanderley (1996) fala que é entendida como sendo aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é dona dos meios de produção, também assume o trabalho na unidade

produtiva. Para Lamarche (1993, p. 15) “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Ou seja, os autores colocam a família e o trabalho de forma inseparável como o fator principal para definir a agricultura familiar.

Essa ligação de terra, trabalho e família, é a mais conhecida definição de agricultura familiar que podemos verificar atualmente, sendo um consenso para a maior parte dos autores que trabalham com essa temática. E outra questão também que é possível verificar que muitos relacionam com a agricultura familiar, é o campesinato, pois muitas vezes quando se fala nesse segmento, o campesinato aparece como sendo uma ruptura entre um e outro, o que é uma maneira errada de se entender, pois conforme afirma Wanderley (1996, p. 2):

Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.

Ou seja, não tem como separar agricultura familiar da camponesa, pois ainda de acordo com a autora (1996) a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais da agricultura familiar, pois também se firma na relação entre a unidade familiar, os membros desta e o trabalho. Porém, ela possui peculiaridades que a especificam dentro do conjunto maior da agricultura familiar e que falam sobre os objetivos da atividade econômica, aos ensaios de sociabilidade e também, a forma de como ocorre a sua inserção na sociedade global.

Nesse sentido, é importante colocar a contribuição de Wanderley (1996), que fala que a história do campesinato brasileiro, pode ser definida como o registro das brigas e lutas para conseguir um lugar próprio tanto na economia como na própria sociedade. E complementando essa questão, Altafin (S/D, p. 9) coloca que:

(...) a história dos produtores de alimentos no Brasil está ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que

ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem. Enquanto a grande propriedade voltada à monocultura de exportação recebia estímulos e garantias dos governantes, esse mosaico de formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno era colocado à margem das políticas públicas.

Para Brumer et. al. (1993, p. 181) “a história do campesinato brasileiro apresenta, desde sua origem, um caráter regional bastante acentuado”. O homem do campo de cada região do país foi se adequando as situações encontradas, e foi construindo sua própria caracterização. Os autores seguem falando que “segundo Guillermo Palacios, em seus documentos históricos acerca do Nordeste, datam de 1700 as primeiras referências aos pobres livres dos campos” (BRUMER et. al. 1993, p. 181). Essa questão da pobreza, por muito tempo ficou marcada como a característica principal do homem do campo. Ainda de acordo com os autores sobre os pobres livres do campo do Nordeste falam que “eles são considerados como “grupos diferenciados”, que se caracterizam por seu isolamento, por sua pobreza e pela agricultura de subsistência”. Falando das outras regiões do Brasil,

Em São Paulo, a agricultura dos caboclos era igualmente itinerante e rudimentar. A associação entre a policultura e a criação de gado, típica das economias camponesas tradicionais, era extremamente precária, quando não inexistentes. Por outro lado, os trabalhadores estrangeiros, que a partir da segunda metade do século XIX, constituíram a força de trabalho das fazendas de café, reforçam o contingente dos agricultores de subsistência dependentes das grandes explorações. [...] Na região Sul estabeleceu-se uma certa divisão espacial entre os pampas, onde a grande propriedade se instala a partir do século XVIII, e as regiões montanhosas, onde as comunidades camponesas de imigrantes europeus se implantam no século XIX (BRUMER, et. al. 1993, p. 181).

Os imigrantes europeus tiveram uma importante contribuição no campesinato brasileiro, sendo denominados como colonos, pois conforme Stoffel (p. 3) “dentre os diversos termos já utilizados para denominar os produtores, o termo *colono* foi bastante utilizado no tempo da colonização dos Estados da Região Sul, e ainda é possível observar muitos produtores que se identificam desta forma”.

Como muito se falou aqui sobre o conceito e entendimento da agricultura familiar, que tem como base o trabalho da própria família, é importante falar

que em algumas vezes é necessário contratar gente de fora, mas por um período determinado. Segundo Oliveira (2001, p. 56):

Dessa forma, a presença da força de trabalho familiar é característica básica e fundamental da produção camponesa. É pois derivado dessa característica que a família abre a possibilidade da combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o *trabalho assalariado*, *ajuda mútua*, e *parceria* aparecem como relações que garantem a complexidade das relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo.

É importante colocar que uma das características que diferenciam a agricultura familiar da agricultura patronal, é a predominância de trabalho da própria família, porém, não quer dizer que se por algum período, essa unidade familiar contratar gente estará fugindo da sua origem. Para explicar essa questão, é importante a contribuição de Oliveira (2001, p. 58) que fala que “é evidente, que esse assalariamento no interior da unidade camponesa baseada fundamentalmente no trabalho familiar precisa ser muito bem entendido”, isso porque realmente fica confuso quando se fala que numa propriedade familiar existem pessoas assalariadas, porém o autor segue falando que,

Em primeiro lugar, essa contratação, em geral, se deve ao ciclo de existência da família camponesa, pois há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família camponesa não são suficientes pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços, [...] (OLIVEIRA, 2001, p. 58).

Complementando essa questão do assalariamento, Chayanov (2014, p. 129/130) coloca que “[...] a presença da categoria *salário* altera em certa medida o conteúdo das categorias habituais da exploração baseada no trabalho dos membros da família, mas não as substitui inteiramente pelas categorias de uma exploração capitalista”. Com isso, fica claro que mesmo a agricultura familiar fazendo uso de trabalho assalariado em certos períodos, não perde sua característica principal, que é a de ter como força de trabalho principal, o trabalho realizado pelos membros da própria família.

3.2 Importância da Agricultura Familiar

A agricultura familiar tem grande importância para o país, pois são os agricultores familiares que produzem grande parte dos alimentos que abastecem o mercado interno, sendo que os agricultores familiares também tem importante participação na economia, pois de acordo com Guilhoto et. al. (S/D, p. 6):

Os resultados revelam que o segmento da agricultura familiar brasileira, por mais heterogêneo que ainda seja, responde por significativa parcela da produção agropecuária e também do produto que é originado pelo agronegócio do país, devido ao seu inter-relacionamento com importantes segmentos da economia.

Ainda sobre a importância da agricultura familiar para a economia do país, os autores também destacam que:

Comparando a agricultura com a pecuária, vale destacar que nos dois tipos de agronegócio (familiar e patronal) o PIB associado à agricultura é maior, mas no caso do familiar, o setor pecuário é mais participativo, devido à forte presença da avicultura, suinocultura e bovinocultura leiteira (GUILHOTO et. al. S/D, p. 7).

Ou seja, a agricultura familiar é importante para o país, possuindo grande participação e influência na economia, porém, muitas vezes seu potencial não é reconhecido, pois o que é visado é a produção para a exportação. Conforme Graziano Neto (1984, p. 58/59) “os chamados produtos de exportação sempre foram privilegiados, em termos de crédito, pesquisa e demais políticas governamentais de incentivo, [...]”. Nos dias de hoje é possível perceber que existem diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, porém ainda não são suficientes para atender o potencial que esse segmento possui.

É possível verificar que a agricultura familiar possui uma importante contribuição na garantia da segurança alimentar da população, pois nos dias de hoje, com a grande quantidade de produtos químicos utilizados na produção de alimentos, a saúde das pessoas está correndo um sério risco. E infelizmente o Brasil está entre os países que mais utilizam esses produtos na produção de alimentos, pois conforme Marques (2012, p.137), “o consumo aparente de

agrotóxicos, que era por volta de 0,60 kg/ha de princípio ativo em 1977, passou para aproximadamente 2 kg/ha em 1999”. Trazendo dados mais atualizados,

Mas foi na última década que o uso de agrotóxicos no Brasil assumiu as proporções mais assustadoras. Entre 2001 e 2008 a venda de venenos agrícolas no país saltou de pouco mais de US\$ 2 bilhões para mais US\$ 7 bilhões, quando alcançamos a triste posição de maior consumidor mundial de venenos (LONDRES, 2011, p. 19).

A autora (2011), ainda sobre a situação do país com relação aos agrotóxicos, fala que nos últimos anos, o país se tornou também o destino principal de produtos que são banidos nos outros países. Segundo dados da Anvisa, nas lavouras do Brasil são utilizados pelo menos dez produtos que são proibidos na União Européia, Estados Unidos, China e em outros países.

Infelizmente a situação do Brasil não é nada agradável com relação ao uso de produtos químicos na produção de alimentos, tendo consequências negativas para a saúde da população e para o meio ambiente, que podem ser a curto, médio e longo prazo. Por isso é importante à produção agroecológica dos alimentos, sendo que a agricultura familiar possui um potencial de fornecer alimentos produzidos sem o uso de produtos químicos. De acordo com Salamoni (2015, p. 166) “diante desse contexto, acredita-se que a produção familiar na agricultura representa o espaço que possui as condições adequadas para realizar a transição para um processo de desenvolvimento rural sustentável”. E falando sobre as várias maneiras que o segmento da agricultura familiar possui para se adequar a certas situações, a autora continua falando que:

A capacidade de adaptação deste segmento vai atuar favoravelmente à aplicação dos princípios agroecológicos, uma vez que a escala das propriedades é relativamente pequena, voltada prioritariamente para o abastecimento local e regional, em vez de mercados externos (SALAMONI, 2015, p. 166).

Ou seja, a questão da produção de alimentos baseada nos princípios tecnológicos, intensificados com a Revolução Verde, só gera a destruição dos recursos naturais e a insegurança alimentar da população. Para Maluf, Menezes e Valente (1996, p. 9):

O padrão tecnológico fundado no uso intensivo de insumos químicos, sementes melhoradas e híbridas e maquinaria pesada, exige forte

consumo de energia, mostra-se extremamente dispendioso e não se ajusta às condições da pequena agricultura familiar. Como já foi assinalado, gera desequilíbrios irreparáveis sobre os ecossistemas, com multiplicação de pragas, esterilização dos solos, assoreamento dos rios e reservatórios, poluição das águas, devastação de florestas, redução da biodiversidade, contaminação dos alimentos e envenenamento dos trabalhadores rurais.

Ou seja, essa modernização da agricultura trouxe inúmeras consequências negativas para os recursos naturais e para o homem. Complementando essa questão das consequências ocasionadas pela moderna agricultura, Dias e Santos (2012, p. 177) colocam que:

A crise ambiental que se manifestou em todos os setores de produção ocorreu no setor rural e agrícola como consequência da implementação de práticas produtivas “modernas” na agricultura, o que conduziu a uma exploração excessiva do solo, que foi submetido a um profundo processo de degradação, de contaminação e de perda de produtividade.

Relacionando a questão da crise ambiental, como fruto da modernização da agricultura, com a segurança alimentar da população, “o melhor caminho na busca de um sistema alimentar sustentável parece ser o fortalecimento da agricultura familiar ou camponesa, enquanto formação social mais adequada para garantir a segurança alimentar em condições sustentáveis” (MALUF e MENESES, 2001, p. 33).

O segmento da agricultura familiar possui grande importância também na promoção da sustentabilidade ambiental, pois para Altafin (p. 16):

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar.

Assim, os recursos naturais se tornam um patrimônio para a família, pois é através dos mesmos, que a unidade familiar irá conseguir o seu sustento. Sobre essa questão do cuidado com o ambiente, Dias e Santos (2012, p. 247) contribuem falando que:

A despeito das dimensões econômicas, sociais e culturais, que certamente atuam sobre os sistemas agrícolas, a dimensão dos sistemas naturais é ainda marcante na sua reprodução. A

proximidade desses grupos de agricultores familiares com o meio natural aliada ao “apego à terra”, característica inerente a esse grupo social, possibilita o desenvolvimento de práticas que favorecem a diversidade e a conservação da base natural, mesmo que isso aconteça de forma tradicional e seja implementada como *habitus* (BOURDIEU, 1996) desses agricultores.

Os agricultores familiares são considerados por muitos como os possíveis agentes na busca pelo desenvolvimento sustentável, pois produzem de forma diversificada e em menor escala. De acordo com Carmo (1998, apud Gomes, 2004, p. 9):

A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável, em função de sua tendência à diversificação, a integração de atividades vegetais e animais além de trabalhar em menores escalas.

São vários os motivos de acordo com Costabeber e Caporal (2003) que tornam a agricultura familiar como peça para o desenvolvimento sustentável,

Como exemplo, podemos afirmar que a agricultura familiar vem demonstrando maior vitalidade e capacidade para alcançar os seguintes aspectos: *i*) multifuncionalidade e policultivos; *ii*) eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; *iii*) conservação dos recursos naturais não renováveis; *iv*) proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura; *v*) manejo meticuloso e fino (especialmente dos solos); e *vi*) atividades artesanais de menor impacto ambiental e com maior relevância social (COSTABEBER e CAPORAL, 2003, p. 12).

Salamoni (2015) reforça essa questão e ainda destaca o que é necessário para que seja possível os agricultores familiares conseguirem alcançar esse potencial que possuem na busca pela sustentabilidade, afirmando que:

Entende-se que, como a produção familiar tem demonstrado uma surpreendente capacidade de adaptação às diversas mudanças que ocorreram ao longo da história econômica e política do País, é a partir dela que poderão ser implementadas, com sucesso, alternativas de desenvolvimento sustentável. Para isso, tornam-se imprescindíveis investimentos em novas estruturas de produção e de comercialização; pesquisas direcionadas às necessidades e condições do produtor familiar e, políticas que viabilizem a geração e difusão de novas tecnologias, voltadas à proteção ambiental (SALAMONI, 2015, p. 160).

Portanto, a agricultura familiar realmente possui um grande potencial para o desenvolvimento sustentável, porém necessita de mais políticas públicas direcionadas para esse segmento, e também, é importante investimentos, pesquisas, que visem contribuir para alcançar esse objetivo, o de se conseguir um desenvolvimento baseado na sustentabilidade, levando em conta o aspecto social, ambiental e econômico.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Sobre as políticas públicas, num primeiro momento é importante falar a definição das mesmas, que de acordo com Teixeira (2002, p. 2):

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Outra questão importante de colocar sobre as políticas públicas, é com relação aos seus objetivos, dentre os quais, Teixeira (2002) destaca que, as políticas públicas tendem a responder a demandas da sociedade, principalmente as dos campos marginalizados, que são classificados como sendo vulneráveis. Essas demandas vão ser interpretadas pelas pessoas que estão no poder, mas também sofrerão influências por uma agenda que é criada na sociedade civil pela mobilização e pressão social.

E foi com essa pressão e muitas lutas, que os agricultores familiares conseguiram se consolidar através da criação do PRONAF em 1996. É importante colocar a contribuição de Mattei (2015) que fala que é necessário destacar que o movimento sindical, pelas suas organizações e lutas nos últimos anos, exerceu um papel categórico na implantação desse Programa, beneficiando também a luta por outra bandeira antiga dos trabalhadores rurais que é o acesso pelos agricultores familiares aos inúmeros serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional. Para Gehlen (2004, p. 99) a visão e execução do Pronaf se deve a participação das organizações dos agricultores. Estas alterações conseguem expressar uma visão nova da função e também do

significado do papel dos agricultores familiares no Brasil, especialmente para o desenvolvimento sustentável.

É possível afirmar que a consolidação do agricultor familiar, está diretamente relacionado às lutas dos mesmos, pois conforme Picolotto (2011) outro fator que influenciou mudanças dentro do sindicalismo dos trabalhadores rurais na década de 90, foi o relevante papel político que teve os pequenos produtores (depois chamados de agricultores familiares). Era um movimento que vinha desde a região Sul e também, algumas partes do Norte, tendo uma forte presença dos pequenos proprietários que estavam conseguindo alcançar espaços dentro da estrutura sindical desde a década de 80.

Grisa e Schneider (2015) trazem uma importante contribuição sobre as outras importantes criações na questão agrária, como Ministério e Secretaria, falando que:

Iniciando uma nova trajetória para a categoria social, a constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no país; e, em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 20).

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar começaram a surgir de uns anos para cá, pois essas eram voltadas para a grande produção. Pode-se dizer que foi com o surgimento do PRONAF, em 1996, que os agricultores familiares começaram a ter acesso a crédito rural, etc. De acordo com Medeiros (2001, p. 103) “os anos 90 se encerram no Brasil com o crescimento da visibilidade política de dois segmentos sociais no meio rural: os “sem terra” e os “agricultores familiares””. Sobre a importância do PRONAF na região Sul, Picolotto (2011) afirma que o impacto ocasionado pela criação do PRONAF na região Sul do Brasil, foi muito expressivo. De um lado, por ter conseguido materializar a conquista de uma política distinta para o segmento

de agricultores, bandeira de luta que estava sendo implantada desde a década de 80 pelo movimento sindical.

Pode-se dizer que antigamente eram somente os grandes proprietários de terras que tinham benefícios governamentais a seu favor, pois para Graziano Neto (1986, p. 58):

O modelo agrícola, assim como o modelo econômico global, privilegia os grandes capitais, excluindo os pequenos. São os grandes proprietários que mais têm acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização. A tecnologia moderna, por sua vez, é sofisticada, onerosa e não adequada à pequena escala de produção.

Ainda complementando sobre essa questão do privilégio que a agricultura patronal tinha com relação a familiar por parte do governo, Picolotto (2011) fala que a agricultura familiar na história brasileira, quando refletida do ponto de vista da importância socioeconômica que possui, foi relegada pelo Estado e também por outros setores dominantes a uma condição secundária aos interesses da grande exploração agropecuária. Sendo que ao longo do tempo, essa exportação dos produtos agrícolas de interesse internacional foi considerada como a única capaz de garantir divisas para o país.

Hespanhol (2007) colabora falando que o crédito rural oficial, que foi o instrumento fundamental utilizado para promover a modernização agropecuária, foi altamente seletivo, pois foi restringido aos médios e grandes produtores. A grande maioria dos agricultores, no caso os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros, devido as condições precárias de acesso à terra, não foram atendidos pelo crédito rural, não conseguindo assim, alterar a base técnica da produção e permanecer no campo. Isso mostra, como era desigual o acesso as políticas públicas, como no caso do crédito rural por parte dos pequenos produtores, por isso, que eles começaram ir a luta pelos seus direitos, para conseguir se manter no campo.

Com o tempo os pequenos agricultores foram conseguindo seu espaço, e nos dias de hoje, é possível dizer que existem um número razoável de políticas voltadas para o segmento da agricultura familiar, porém, ainda não são suficientes, para suprir as necessidades de muitas unidades familiares em diferentes regiões do país. Gehlen (2004) fala que o modelo familiar, com uma boa estrutura, com adequadas políticas, e eficiente tanto econômico quanto socialmente, sendo sensível às questões ambientais, por isso, é possível

afirmar que é um sistema sustentável ou durável. Nas décadas de 60 e 70, as contestações à expansão desse modelo, representava uma defesa do latifúndio e da oligarquia, ou também uma atitude de defesa ideológica do comunitarismo empresarial (empresas coletivizadas). Todas estas críticas foram ultrapassadas devido à eficácia econômica e social inquestionáveis, em todos os países onde esse modelo possui expressividade.

A agricultura familiar é um campo fortemente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação. Esta diversidade é também regional, pois a área média das unidades familiares é de 26 ha, e o tamanho médio varia de região para região. As unidades da região Nordeste têm a menor área média (17 ha) e os da região Centro-Oeste a maior (84 ha) (BUAINAIN, ROMEIRO e GUANZIROLI, 2003).

Independentemente dessa heterogeneidade da agricultura familiar nas regiões brasileiras, as políticas públicas, principalmente as relacionadas ao crédito rural devem ser cada vez mais estudadas, pois de acordo com Brose (1999, p. 180):

Na discussão sobre crédito no meio rural parece não haver muita clareza da distinção entre políticas de produção e políticas sociais, o que porém é relevante pois desenvolvimento local não se constrói apenas com políticas sociais. As políticas sociais são necessárias para contrabalançar os efeitos negativos e a tendência concentradora do mercado, elas têm um efeito distributivo. Mas a atual agricultura familiar no RS deve ser viabilizada também frente ao mercado, tendo em vista que o Estado não adotou, e parece não pretender adotar, medidas de proteção com relação à competição com o mercado externo como o fazem os países centrais.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são o PRONAF, cujas linhas de crédito são: Pronaf Custeio, Pronaf Investimento (Mais Alimentos), Microcrédito Rural, Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Eco, Pronaf Agroindústria, Pronaf Semiárido, Pronaf Jovem, Pronaf Floresta, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares e Pronaf Cota-Parte. Também existe o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário), o PAC2 (Programa de Aceleração do Crescimento), SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal), o Programa Terra Legal, o Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, o Terra Forte, o

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e a Garantia-Safra (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013).

No Direito a Cidadania existe: a Reforma Agrária, o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), o PNDTR (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural), a Organização Produtiva das Mulheres Rurais, os Territórios da Cidadania, a Arca das Letras, e o PROINF (Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais) (MDA, 2013).

Porém, infelizmente, neste ano de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto, ficando o receio de um retrocesso na criação e desenvolvimento de políticas públicas para os agricultores, principalmente para os agricultores familiares, que geralmente são os mais afetados.

5. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

5.1 Um breve histórico do PNAE

Dentre as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar, existe o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é bem antigo. O Programa surgiu no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de que o Governo Federal devia oferecer alimentação escolar, porém, devido a falta de recursos financeiros não foi possível concretizar a idéia. Já na década de 50, foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil, sendo através dele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Desse plano original, foi somente o Programa de Alimentação Escolar que sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil (FNDE, 2009).

Em março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), que era subordinada ao Ministério da Educação, sendo celebrados convênios diretamente com o Fisi e outros organismos internacionais. Em 1956, com a edição Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Em 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais destacavam-se o Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), passando a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar no ano de 1979 (FNDE, 2009).

Desde quando surgiu até 1993, à execução do programa se deu de forma centralizada, sendo o órgão gerenciador que planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Foi em 1994, que ocorre a descentralização dos recursos para execução do Programa, sendo instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais delegou-se competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. A consolidação da descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, se deu com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98, em que, além do repasse direto a todos os municípios e Secretarias de Educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios

ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo (FNDE, 2009).

No decorrer dos anos, o Programa foi tendo alguns importantes avanços, como a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/2001 (uma das reedições da MP nº 1.784/98), que destaca a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local. Também, outra grande conquista foi à instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em 2 de junho de 2000, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo (FNDE, 2009).

Uma conquista bem importante ocorreu a partir de 2006, que foi a exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, permitindo assim, uma melhoria significativa na qualidade do Pnae quanto ao alcance de seu objetivo. Também, foi a partir desse ano que ficou estabelecida a parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do Pnae, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino, como por exemplo, as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa (FNDE, 2009).

A sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, também trouxe a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Em relação aos recursos financeiros, o PNAE transfere per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades

nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Assim, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Em 2012, aumentou o valor repassado aos alunos matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil (FNDE, 2009).

Em 17 de junho de 2013, foi publicada a Resolução FNDE nº 26, que fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN. Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (FNDE, 2009).

Destaca-se ainda que, em 2 de abril de 2015, a Resolução CD/FNDE nº 4, considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações. A Resolução publicada em 2015 modificou a forma de aplicação dos critérios para seleção e classificação dos projetos de venda; estabeleceu o que são grupos formais e informais de assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e critérios para desempate; definiu os locais onde deverão ser divulgados os editais das chamadas públicas; incluiu o documento para habilitação dos projetos de venda dos grupos formais; estabeleceu os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar são aqueles publicados na chamada pública; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE por entidade executora; estabeleceu novas regras para o controle do limite individual de venda dos agricultores familiares; e definiu modelos de edital de chamada pública, de pesquisa de preços de projeto de venda e de contrato (FNDE, 2009).

E finalmente vale destacar que, em 2000, o PNAE atendia cerca de 37,1 milhões de alunos com um investimento de R\$ 901,7 milhões. Em 2014, foram atendidos aproximadamente 42 milhões de alunos com um investimento de cerca de R\$ 3,6 bilhões (FNDE, 2009).

5. 2 O PNAE e a Agricultura Familiar

Um breve resumo de como comprar produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, de acordo com o FNDE, 2013. O primeiro passo é o orçamento, onde é preciso identificar o valor do repasse realizado pelo governo federal com base no censo escolar do ano anterior, e assim, definir o percentual de compra da agricultura familiar que será efetuado, sendo no mínimo de 30% do valor repassado pelo FNDE no âmbito do PNAE. O segundo passo é a articulação entre os atores sociais envolvidos, como a secretaria de educação, a nutricionista, assistência técnica e extensão rural, etc, enfim, todos envolvidos no processo. O terceiro passo é a elaboração do cardápio que é responsabilidade da nutricionista, depois a pesquisa de preço, a chamada pública, que é a ferramenta mais adequada para contribuir para o cumprimento das diretrizes do Programa, como priorizar produtos locais, hábitos alimentares, segurança alimentar, entre outros. O sexto passo é a elaboração do projeto de venda, que é o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares de venderem sua produção para a merenda escolar, o sétimo passo é o recebimento e seleção do projeto de venda, que deve ser anexada com outros documentos, o oitavo passo que é a amostra para controle de qualidade, o nono passo que é o contrato de compra, e por fim, o décimo passo que é a entrega dos produtos, termo de recebimento e pagamento dos agricultores (FNDE, 2013).

Danelon, Danelon e Silva (2006), contribuem falando que o PNAE é assegurado pela Constituição de 1988, e tem caráter universal, onde de acordo com Fundo Nacional de Educação (FNDE), atendeu no ano de 2004, cerca de 36,4 milhões de alunos da pré-escola e do ensino fundamental das escolas públicas e filantrópicas de ensino, nos dias letivos. Através da distribuição de refeições no horário do intervalo, o PNAE visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante o tempo em sala de aula, colaborando no

desenvolvimento, crescimento e na aprendizagem dos alunos, e também, na formação de melhores hábitos alimentares.

Foi a partir de 2009 que o poder público inseriu os agricultores familiares no Programa da merenda escolar, como forma de fortalecer esse segmento. Conforme afirmam Caldas e Ávila (2013, p. 81):

Portanto, observa-se, a partir de 2009, um esforço para incorporar o produtor familiar à política de alimentação escolar. Se, por um lado, há políticas para organizar a oferta da produção, por meio de facilitação do crédito bancário, da qualificação técnica, do apoio técnico, dentre outras; por outro havia necessidade de organizar e direcionar a demanda governamental como forma e estratégia de apoio a agricultura familiar.

A lei que estabeleceu que parte da merenda escolar deve ser adquirido da agricultura familiar, foi a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, que diz:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, às comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009).

Para Triches e Scheneider (2010) essa lei foi um marco com relação as políticas públicas relativas a SAN, pois primeiramente ampara a agricultura familiar, pois torna obrigatória utilizar pelo menos 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores familiares, e segundo, “porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras” (TRICHES e SCHENEIDER, 2010, p. 938).

A Lei nº 11.947 de 2009, também estabeleceu a dispensa do procedimento licitatório, o que facilitou o acesso aos agricultores familiares, pois conforme Triches e Schneider (2010, p. 940):

Até 2009, todos os recursos utilizados em compras públicas, inclusive os remetidos à alimentação escolar deveriam, obrigatoriamente, ser licitados. Essa foi a primeira grande dificuldade encontrada para o acesso dos agricultores a esse mercado – a burocracia dos processos licitatórios.

Com isso, é possível entender essa Lei de 2009, como um marco para o segmento da agricultura familiar, principalmente no que diz respeito as compras públicas.

Dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com relação à produção dos agricultores familiares mostram a contribuição destes na produção de alimentos para abastecer o mercado interno, destacando a necessidade de apoiar este modelo produtivo, através das políticas agrárias e agrícolas, valorizando também, a produção dos agricultores familiares. Com relação ao recente caráter da legislação, análises da compra de alimentos para a merenda escolar são relevantes, levando em conta a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, de estimular a utilização de alimentos regionais, ou seja, respeitar os hábitos alimentares locais e também, aumentar o consumo de alimentos in natura pelos estudantes, como definido nas diretrizes do PNAE (SARAIVA et. al., 2013).

O PNAE veio para contribuir para valorização dos agricultores familiares e também, garantir uma alimentação com mais qualidade para os alunos. “O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional” (FNDE, 2009). Com esse objetivo, é possível verificar que o PNAE traz consequências positivas tanto para a alimentação das crianças e jovens beneficiados com a merenda e também, aos agricultores familiares, que conseguem ter a venda garantida de seus produtos. Porém, é importante falar que essas consequências positivas acontecem, quando o Programa realmente funciona, de forma que atenda os objetivos previstos.

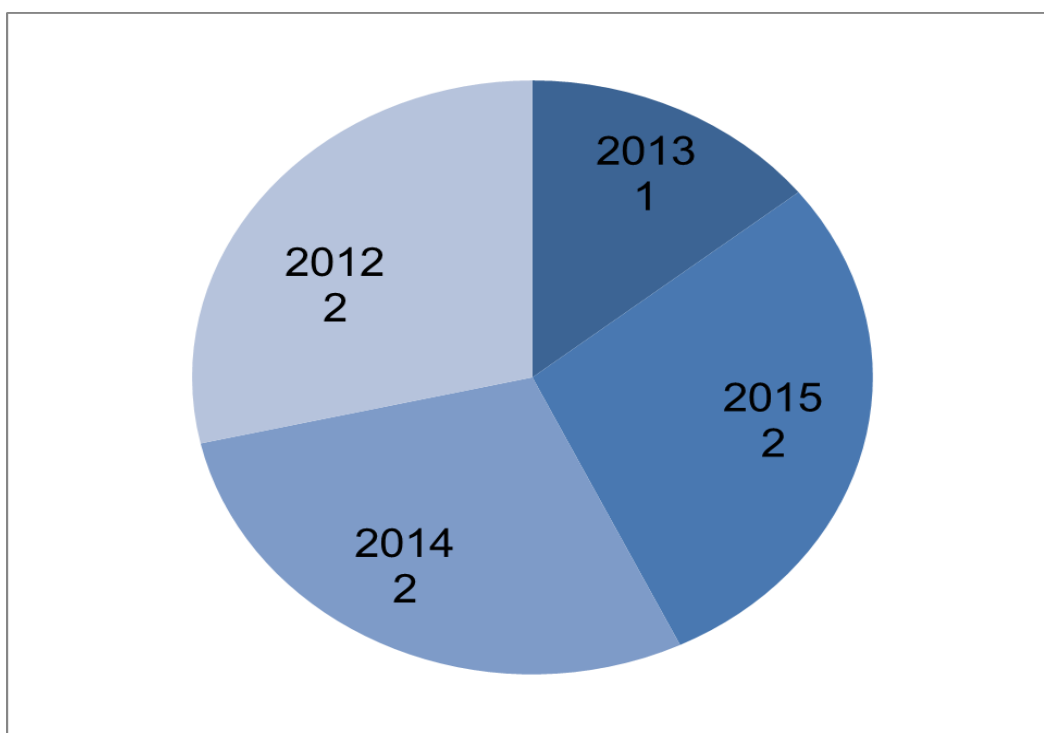
De acordo com o FNDE (2009), o encontro da alimentação escolar com a agricultura familiar, tem ocasionado uma significativa transformação na alimentação nas escolas, pois permite que alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos pelos próprios agricultores familiares, possam ser consumidos todos os dias pelos alunos das escolas públicas de todo o país. Com este instrumento, o PNAE representa uma grande conquista no que se refere às iniciativas de compras públicas sustentáveis voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, originando assim, mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar que possui cadastro, sem precisar de

licitação, democratizando e descentralizando assim, as compras públicas, e criando mercados para os pequenos produtores, além de dinamizar a economia do município e seguir na busca do fornecimento de uma alimentação mais adequada (FNDE, 2009).

5. 3 O PNAE, a geração de renda e a valorização dos agricultores familiares

A inserção da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para a merenda escolar começou em 2009, através da Lei 11. 947. São 7 produtores no total que fornecem os seus produtos para a merenda escolar no município de Nova Palma, sendo 3 produtores e 1 agroindústria de Nova Palma mesmo, 2 agroindústrias de Faxinal do Soturno e 1 produtor de São João do Polêsine, sendo que a inclusão no Programa ocorreu em diferentes períodos (Figura 3).

Figura 3: Ano de inclusão dos agricultores familiares no PNAE.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

É possível afirmar que dentre os inúmeros benefícios que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) trouxe para os agricultores familiares,

um dos principais foi à venda garantida e assim, a geração de renda. Sobre os programas públicos alimentares, Triches e Schneider (2010) afirmam que por um lado existe a integração de políticas relacionadas à saúde da comunidade escolar, e por outro, a criação de mercado para os agricultores familiares. Saraiva et. al. (2013, p. 929) complementam essa questão falando que “(...) abriu-se mais um espaço de produção e comercialização para a agricultura familiar, (...)”.

Nesse sentido, todos os produtores entrevistados foram unânimes em dizer que a melhor vantagem é ter a venda garantida dos produtos. Quando perguntado sobre o valor pago, todos falaram que é um bom valor, e 3 produtores até falaram que o valor pago pelo PNAE é maior do que quando vendem na feira ou para o mercado. O produtor 7 falou que “o valor pago pelo PNAE chega a ser o dobro do que quando vendo para outro lugar”. Sendo importante mencionar o relato da produtora 6, que ainda citou outra vantagem de participar do Programa, falando que “além da venda garantida, o Programa abriu portas, ajudando também na divulgação dos meus produtos”.

A nutricionista da prefeitura e a extensionista da Emater do município que acompanham os produtores também relatam essa vantagem da venda garantida e assim, uma renda extra. Para a nutricionista as principais vantagens do PNAE para os produtores são “a venda garantida dos produtos, a lucratividade e o estímulo para continuar produzindo”. É possível afirmar que essas vantagens relatadas pelos próprios produtores, pela extensionista e pela nutricionista, vão de acordo com o FNDE (2013, p. 4) onde consta que “para o agricultor familiar, representa um canal importante de comercialização e geração de renda com regularidade, contribuindo para a inclusão produtiva, a geração de emprego no meio rural (...)”.

Seguindo na questão da venda dos produtos, Constanty et. al. (2013, p. 7) afirma que “a comercialização dos produtos é para o agricultor um componente de seu sistema de produção tão essencial que a parte relativa à produção e os mercados contribuem para o sucesso da propriedade agrícola”. Ou seja, a venda garantida que os produtores conseguem ter fornecendo os seus produtos para a merenda escolar é de suma importância para o desenvolvimento da propriedade e também, um estímulo para continuar

produzindo. Para contribuir com essa questão, Peixinho (2011, p. 104) afirma que:

Cerca de 70% de alimentos consumidos no Brasil, são produzidos pela Agricultura Familiar. É dentro deste contexto que a Lei 11. 947 se mostra como um relevante avanço para fomento da Agricultura Familiar brasileira, considerando suas diretrizes e princípios. Se mostra também como mais uma oportunidade dos agricultores familiares inserirem seus produtos no mercado institucional, tendo assim, a garantia de comercialização dos mesmos.

E além de todas essas questões já mencionadas sobre as vantagens do Programa, a extensionista falou num tema muito importante, relatando que “o PNAE contribui para a valorização do idoso, do jovem e dos grupos de vulnerabilidade social, como no caso aqui do município a agroindústria formada pelos quilombolas” (Figura 4). E ela ainda segue falando que “através da agroindústria ocorreu à inclusão social desse grupo de produtores, gerando a renda para a sobrevivência das famílias”. Sobre a valorização do idoso, foi possível observar no trabalho a campo, que um dos 7 produtores participantes do Programa, é formado por um casal de idosos, onde a esposa ajuda na produção, sendo também possível verificar que ela gosta do que faz.

Figura 4: Produtos (pães e bolachas) fornecidos pela agroindústria.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Um ponto importante que a nutricionista relatou sobre a vantagem do PNAE para o município foi que “o Programa contribui através da venda local para o fortalecimento do município, pois a renda fica aqui”, e ela ainda fala sobre a questão da divulgação dos produtos, pois “os produtores vão ficando conhecidos, vão conversando entre si, até mesmo entre os municípios vizinhos como Polêsine e Faxinal, vão divulgando seus produtos, e conseguem aumentar as vendas, fazendo circular a mercadoria e o capital entre os municípios”. Nesse sentido, Silva et. al. (2015, p. 5) contribuem falando que:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pode ser entendido como uma prática para o desenvolvimento local, pois possibilita o resgate da diversidade produtiva, a geração de renda e emprego, o estímulo às agroindústrias, a melhoria da arrecadação municipal, fazendo a economia local, girar, contribuindo também para o desenvolvimento urbano.

Ou seja, o Programa só vem a contribuir na geração de trabalho e de renda para os agricultores, e assim, como consequência acaba dinamizando e fortalecendo a economia do próprio município.

A maior parte dos produtores entrevistados têm outros pontos de vendas, como: os mercados, as feiras, os restaurantes, o comércio na própria propriedade e alguns ainda entregam à domicílio (Quadro 1), sendo que o produtor 4 entrega somente para o PNAE, pois sua principal fonte de renda é a soja. Schultz (2011) sobre a comercialização em feiras aponta que a atividade profissional é redefinida, ampliando as relações sociais, integrando o agricultor a partir das referências construídas no contato direto com o consumidor. “A feira, ao exigir maior flexibilidade do agricultor para o atendimento das atividades de produção e comercialização, demanda uma redefinição da sua profissionalização” (SCHULTZ, 2011, p. 182). Essa é uma característica da agricultura familiar, a capacidade de adaptação, frente às novas demandas, pois conforme Souza e Brandenburg (2012, p. 257):

A agricultura familiar consiste na forma social de produção agrícola mais numerosa no Brasil e nela, propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. Já se apontou que a combinação desses fatores tem consequências na forma como esta agricultura age econômica e socialmente, sendo fundamental para a compreensão de sua capacidade de se adaptar às mudanças ou, em outras palavras, das suas estratégias de reprodução (...). Essas estratégias consistem na capacidade de invenção permanente,

indispensável para que o sujeito se adapte às situações diversas, sempre variadas e nunca perfeitamente idênticas.

Quadro 1: Outros pontos de venda dos produtos citados pelos produtores.

	Mercado	Feira	Restaurante	Direto na Propriedade	À Domicílio
Produtor 1					X
Produtor 2		X	X	X	
Produtor 3				X	
Produtor 4					
Produtor 5	X			X	
Produtor 6		X		X	
Produtor 7	X			X	

Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Quando perguntado sobre o que gostariam de mudar no programa, foi unânime nas respostas a questão da municipalização, ou seja, que voltasse a ser como nos outros anos, onde o município era responsável por comprar os alimentos para as escolas municipais e estaduais, pois este ano devido à falta de repasse do governo do Estado, o município ficou responsável pela compra da merenda apenas para as escolas municipais (Figura 5), que são 3 escolas e 1 creche.

Figura 5: O dia da entrega dos produtos na prefeitura.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Esta questão acarretou consequências negativas para os produtores, pois a quantidade de produtos diminuiu, baixando a venda e assim, a renda. Isso aconteceu devido ao fato dos próprios produtores terem que entregar os alimentos nas escolas estaduais, e como algumas escolas são mais retiradas, dificulta o acesso, além do tempo que deixam de trabalhar na própria propriedade, e com isso, muitos produtores não estavam mais entregando seus produtos nessas escolas estaduais, acarretando assim, um baixo rendimento na renda familiar.

Colaborando com essa percepção, o produtor 3, relatou ainda que “como a quantidade que eu costumava entregar diminuiu, tive que congelar as ervilhas, tendo que deixar o freezer ligado, assim, além de vender menos ainda estou gastando mais luz”. Por este fato, quando perguntado se iria continuar participando do Programa no próximo ano, ele foi o único que ficou indeciso, pois os outros 6 produtores afirmaram que pretendem continuar em 2017.

Sobre o fato de não ser mais municipalizado as compras para a merenda escolar, a nutricionista complementa falando que “os anos de 2014 e 2015 foram ótimos, tinha recurso suficiente, porém, este ano de 2016, que a compra deixou de ser municipalizada, foi possível perceber uma queda nas compras, devido ao pouco recurso vindo”.

Na pergunta sobre a desvantagem do PNAE, a nutricionista mencionou a questão da agroindústria, “a questão da legalização das agroindústrias deveria ser menos burocrática, pois muitos produtores têm condições de produzir bons produtos, porém, como não tem a agroindústria legalizada, não podemos comprar os produtos deles. E muitas vezes eles até queriam ser regularizados, mas devido à parte burocrática, e até mesmo a falta de incentivos, não conseguem”. Já a extensionista também falou da parte burocrática, mas com relação à documentação, “acho que a questão da certidão negativa de débito poderia ter um prazo maior, pois os produtores a cada 3 meses tem que ir na prefeitura retirar essa certidão, que serve para comprovar que não estão devendo nada para a prefeitura, sendo que o valor de cada certidão é de R\$ 17,00”.

Nas entrevistas, foi feita uma pergunta com relação aos filhos, para saber se a propriedade terá continuidade, e dos 7 produtores, apenas 3 possuem filhos que ajudam na produção. Os outros produtores possuem filhos pequenos, que estão estudando ou que já foram embora e trabalham em outro ramo. E quando perguntado se achavam que o filho ia dar continuidade na propriedade, apenas 2 tiveram certeza que sim. Sobre a questão da sucessão familiar, Abramovay et. al. (S/D, p. 4) explicam que:

O que caracteriza a agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações envolve, além do aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda a família (ao qual o jovem se incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa a manutenção e a própria organização da vida familiar.

Como na agricultura familiar a maior parte (com raras exceções) o trabalho é realizado praticamente pela família, é comum até mesmo às crianças a partir de certa idade, ajudar em alguns serviços. Porém, isso em muitos casos não é suficiente para que o jovem queira seguir o caminho do pai

e assumir a propriedade. Por isso, a questão da sucessão vem sendo muito discutida nos últimos anos, pois hoje em dia é comum os jovens quererem sair do meio rural, ir estudar ou trabalhar na cidade. Este fato muitas vezes está relacionado com a falta de incentivos por parte do governo de manter o jovem no campo, de políticas públicas que criem mais oportunidades, entre outros. Uma questão interessante é o que Anjos e Caldas (2009), abordam:

Até meados dos anos 70 o elevado número de filhos obrigava a que muitas famílias tivessem de adotar procedimentos que reduzissem o número de herdeiros potenciais, tais como o envio de filhos para a carreira militar ou religiosa, assim como via financiamento de estudos. A situação hoje é bastante distinta (ANJOS e CALDAS, 2009, p. 198).

Ou seja, infelizmente nos dias de hoje, a situação é bem diferente do que na década de 70, como afirmaram os autores. Esse fato pode estar vinculado a vários fatores, como por exemplo: os filhos realmente não querem seguir no trabalho rural; por incentivo muitas vezes dos próprios pais de quererem que os filhos saiam do campo e que vão estudar ou trabalhar na cidade, pois não querem que os filhos passem trabalho como eles já passaram ou ainda passam; por falta de incentivos governamentais, de políticas que valorizem e que estimulem a produção no campo, entre outros.

Essa questão de manter o jovem no campo pode ser vinculada com o trabalho que é feito nas escolas sobre a valorização dos produtores. Sobre a visão que os alunos têm dos alimentos que consomem oriundo da agricultura familiar, quando perguntado sobre as oficinas realizadas com os mesmos, a nutricionista falou que “não é trabalhada diretamente essa questão com eles, mas durante as oficinas eu tento mostrar a importância de se utilizar um alimento que tem procedência, que é produzido no município, pelos próprios produtores”. Foi possível perceber o empenho da nutricionista em realizar as oficinas com os estudantes, e também, de mostrar a importância de valorizar os produtos que são produzidos na própria comunidade, para que além de valorizar os agricultores familiares, ainda vai gerar renda para o município.

É importante deixar claro que não é somente falar nas escolas sobre a agricultura familiar que vai ser suficiente para manter o jovem no campo, mas pode ser um significativo começo para mudar o pensamento de muitos que acham que o trabalho rural não traz consequências positivas, como qualidade

de vida, renda, entre outros. É necessário mostrar para os jovens a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para abastecer a população, para garantir alimentos de qualidade, do potencial que possuem para o desenvolvimento sustentável, e que existem políticas públicas que buscam valorizar o trabalho no meio rural, ainda não suficientes, mas que já garantem mudanças significativas para os produtores.

5. 4 O PNAE, a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar

Sobre a questão dos orgânicos, quando perguntado se eles produziam orgânicos (tirando a agroindústria de bolachas e pães), todos disseram que tentam ao máximo, que só usam alguma coisa de produto químico quando realmente é necessário, e que mesmo assim, procuram utilizar produtos que não sejam tão fortes. Este fato também se deu para a agroindústria de agnolini e massas, pois como é utilizado temperos, a produtora relatou que dificilmente precisa colocar algum produto químico. Na agroindústria de geléia, a mesma questão, pois a produtora falou que dependendo da época, utiliza algumas frutas da própria propriedade, e que evita ao máximo fazer uso de produtos químicos. Foi possível verificar que todos tem a preocupação de produzir da forma mais saudável possível, pois pensam nas crianças e jovens que irão consumir os alimentos, e até mesmo o próprio produtor e a sua família. Para Moreira (2013) no âmbito da agricultura familiar há uma importância cada vez maior na produção de frutas e de hortaliças que sejam livres de resíduos de agrotóxicos, que respeitem os princípios da segurança alimentar e que não comprometam o ambiente de produção agrícola. Costabeber e Caporal (2003) sobre o importante papel da agricultura familiar frente à sustentabilidade colocam que:

A aposta na agricultura familiar parte ainda da observação e evidências empíricas, ao longo da história, e de estudos específicos que examinam e comprovam vantagens econômicas, sociais e ambientais dessa forma em relação a outras formas de organização da produção. Como exemplo, podemos afirmar que a agricultura familiar vem demonstrando maior vitalidade e capacidade para alcançar os seguintes aspectos: *i)* multifuncionalidade e policultivos; *ii)* eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; *iii)* conservação dos recursos naturais não renováveis; *iv)* proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura; *v)* manejo meticuloso e fino (especialmente dos solos); e *vi)* atividades artesanais de menor

impacto ambiental e com maior relevância social (COSTABEBER e CAPORAL, 2003, p. 12).

É possível verificar que a agricultura familiar possui um grande potencial para a promoção de uma alimentação mais saudável no ambiente escolar, pois quando perguntado para a nutricionista sobre a qualidade dos alimentos, essa relatou que é visível a diferença entre os produtos entregues pelos produtores se comparados com os do mercado. Ela falou que é feita uma seleção antes dos produtos serem entregues nas escolas, mas que os próprios produtores são bem criteriosos com relação à qualidade dos produtos entregues. Já a merendeira relatou que algumas vezes as verduras chegam um pouco murchas, como a alface (Figura 6), porém ela mesma acredita que seja pelo fato de serem colhidas um dia antes, e muitas vezes até pelo calor, murcham e estragam com mais facilidade. Mas esse fato não altera a opinião dela com relação à qualidade dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares, pois ela mesma falou que “são alimentos de boa qualidade, com procedência”.

Figura 6: Produto entregue para a merenda escolar.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Com a figura 6 é possível entender o porquê do relato da merendeira sobre o fato de algumas vezes as verduras, como a alface, já chegar murcha. Elas geralmente são colhidas muitas vezes no próprio dia da entrega, mas como são colocadas em sacos plásticos, podem realmente sofrer alterações, principalmente devido ao calor.

Sobre a segurança alimentar, a extensionista da Emater falou que é trabalhada essa questão com os produtores, onde mostram a importância de não utilizar agrotóxicos, das alternativas que são ensinadas e trabalhadas com os produtores para substituir os produtos químicos, de priorizar sempre a qualidade dos alimentos em vez da quantidade, o incentivo também por novos produtos no caso das agroindústrias, através de oficinas. Essa questão da qualidade dos alimentos e segurança alimentar está claro também na lei que estabeleceu a compra dos alimentos da agricultura familiar, pois de acordo com Sambuichi et. al. (2014, p. 97):

O Artigo 12 da Lei nº 11.947/2009 deixa clara a preocupação alimentar e nutricional, incluindo o respeito à cultura e a tradição alimentar local. A lei incluiu também, entre as diretrizes do programa, o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados e produzidos em âmbito local.

É fundamental que existam cada vez mais incentivos voltados para a produção de alimentos mais saudáveis, que vise a sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2003) complementam essa questão falando da importância da agricultura familiar para a qualidade dos alimentos, falando que “(...) o fortalecimento da agricultura familiar deve fazer parte das estratégias de desenvolvimento rural, pois têm a potencialidade de contribuir, de forma decisiva, para a produção de alimentos básicos em quantidade e qualidade” (CAPORAL e COSTABEBER, 2003, p. 165).

Também foi importante a contribuição da merendeira, quando perguntado se algum alimento depois da inserção da agricultura familiar no Programa foi resgatado, e de acordo com ela “a batata doce, a mandioca e a moranga cabotiá, eram produtos que dificilmente vinham para nós”, e ela ainda relata que “é possível verificar que os três alimentos são bem aceitos pelos alunos”. Quando perguntado sobre o resgate de algum alimento para a nutricionista, esta falou que “o milho em espiga, a mandioca e a batata doce,

por serem produtos que não eram comprados em pregão, e que por conta de serem culturas que quase todos os produtores familiares produzem, se fez valer para estar incluído na alimentação escolar”. Ela ainda relata que “a massa caseira congelada que é comprada é algo que não se tinha antes da agricultura familiar”.

Com isso, percebe-se que a agricultura familiar também contribui no resgate de alimentos importantes e nutritivos aos alunos, podendo ser relacionado até mesmo com a cultura alimentar local. Segundo merendeira, o cardápio preferido dos alunos é arroz, feijão, batatinha com molho e salada (de alface, trigoilho, beterraba e cenoura). Quando perguntado se a salada era bem aceito por eles, ela falou que “sim, eles gostam bastante”.

Com os alunos das escolas, a nutricionista relatou que são feitas oficinas sobre educação alimentar, mostrando as vantagens de uma alimentação saudável, de como aproveitar os alimentos, entre outros. Para Rodrigues, Zaneti e Laranjeira (2012), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e a promoção da alimentação saudável são importantes para a qualidade de vida e a saúde. A situação epidemiológica da população do Brasil, com os altos níveis de doenças crônicas não transmissíveis, requer que sejam adotadas medidas de prevenção em todas as faixas etárias, sendo que quando iniciadas precocemente são mais efetivas, no caso, na infância. Sendo assim, a escola é um apropriado ambiente para essa iniciativa e suas ações são de suma importância para que seja possível a adoção de um modo de vida saudável dos indivíduos e das comunidades. E é possível afirmar que o PNAE contribui na garantia de uma alimentação benéfica para os alunos e também, para contribuir com hábitos mais saudáveis para toda comunidade escolar envolvida, pois de acordo com Juzwiak, Castro e Batista (2013, p. 1010):

Na perspectiva da Educação Alimentar e Nutricional, a escola propicia o processo por meio do fornecimento da alimentação, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo caráter universal permite que cerca de 46 milhões de estudantes, das creches ao ensino médio e de jovens adultos sejam atendidos, além das oportunidades de ensino-aprendizagem nas diferentes áreas do currículo.

Sobre a educação alimentar, Peixinhos (2011) contribui falando que na dimensão pedagógica, o ato de alimentar-se sobretudo na escola, pode

ocasionar diversos momentos de aprendizagem, pois o alimento pode ser estudado de várias maneiras, como pelo lado nutricional, estando diretamente relacionado com a promoção de uma alimentação saudável, e no lado econômico, pode-se considerar o fato da economia local ser transformada pelo ato de plantar, colher, cultivar e distribuir os alimentos, fazendo com que esses cheguem a mesa do consumidor.

Seguindo na questão da comunidade escolar envolvida na educação alimentar, a merendeira falou que elas também participam de oficinas e cursos, como manuseio, conservação e preparo dos alimentos, porém relatou que o intervalo entre as oficinas é grande, pois “a última oficina realizada foi há 2 anos em São João do Polêsine”. Ela gostaria que essas oficinas e cursos fossem mais frequentes, pois acredita que “são importantes para melhorar, se atualizar e trocar experiências com as outras colegas e os profissionais envolvidos”. E um fato importante também de ser mencionado, foi o que ela disse quando perguntado sobre o que ela entendia do PNAE e da agricultura familiar, ela relatou “acho muito importante este Programa para os agricultores, pois valoriza o trabalho deles” e ainda mencionou que “é no mínimo 30% que tem que ser comprados deles né”, ou seja, a entrevistada tem uma visão bem positiva do PNAE para os agricultores familiares.

Foi possível verificar o aumento na qualidade da alimentação fornecida aos alunos, desde a inclusão dos agricultores familiares no programa, pois de acordo com a merendeira, “antes a grande parte dos produtos eram industrializados, como os enlatados (almôndegas, sopão), vinha tudo com muito sal, conservantes, diferente de agora, que os alimentos são mais naturais, chegam mais frescos”. Nessa questão tanto a nutricionista como a extensionista também relataram sobre a melhora nos alimentos, diminuindo o consumo de produtos enlatados, com conservantes, por produtos mais frescos, saudáveis. Além da importância do Programa em fornecer e garantir uma alimentação mais saudável para os alunos, a presença do nutricionista também é de suma importância, pois conforme Chaves et. al. (2009, p. 859):

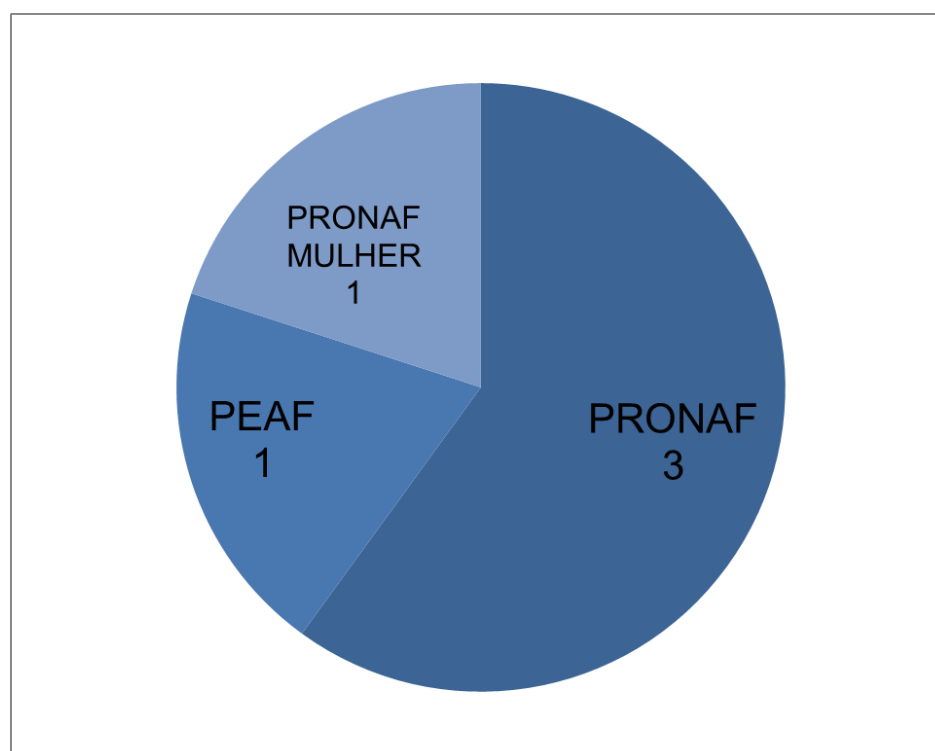
Para a elaboração do cardápio, o PNAE preconiza a presença do nutricionista, o qual assume a responsabilidade técnica pelo Programa, pois, sabe-se que o cardápio elaborado de acordo com a ciência da nutrição contribui para promoção de hábitos alimentares saudáveis, incentiva o consumo de alimentos regionais e promove melhoria da saúde da população atendida.

No município de Nova Palma quem organiza o cardápio é a nutricionista concursada da prefeitura. Foi possível perceber na entrevista realizada com a mesma, e durante uma visita feita com a extensionista e a própria nutricionista na agroindústria de pães e bolachas, o interesse e preocupação que ela possui, em ter contato com os fornecedores, muitas vezes tirando dúvidas, esclarecendo algumas questões e até mesmo dando idéias de variar os produtos, as receitas. Este fato foi um entre os vários que chamaram a atenção, durante a pesquisa, pelo empenho da nutricionista na questão em querer que dê certo, a consideração e preocupação tanto com os produtores, como também com a qualidade dos alimentos para a merenda.

5. 5 O acesso aos outros Programas

Sobre a participação em outros Programas, 5 produtores falaram que participam de outro além do PNAE (Figura 7), incluindo o acesso ao crédito.

Figura 7: Acesso a outros Programas



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

A produtora 6, relatou que “procurei o PRONAF mulher para conseguir comprar alguns equipamentos como geladeira, um freezer, uma mesa de inox e um armário, para a agroindústria, e consegui um valor de 7 mil reais, que já estou terminando de pagar”. Porém, esta mesma produtora relatou que quando foi pedir mais um crédito para a construção de uma estufa para produção de morangos não conseguiu, “como já estou terminando de pagar o primeiro empréstimo, fui tentar conseguir o crédito para a estufa, e não veio”.

“O Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural que compreende a agricultura familiar como importante segmento na geração de trabalho e renda” (MDA, 2010, p. 4). Muitos produtores acessam o Pronaf para comprar equipamentos, maquinários novos, para fazer modificações na propriedade, entre outros (Figura 8). O surgimento desse Programa foi um marco para o segmento da agricultura familiar, pois a partir daí que os agricultores familiares conseguiram seu reconhecimento por parte das políticas públicas, pois conforme Schneider (2009), o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo os localizados nas regiões Sul e Nordeste, conseguiram a partir do surgimento do Pronaf, reforçar a defesa d propostas que enxergassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com essa categoria que necessitava de políticas distintas, como apoio institucional, juros menores, entre outros.

Figura 8: Alguns equipamentos das agroindústrias.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

É possível entender que a consolidação da agricultura familiar no âmbito das políticas públicas foi através de muitas lutas, pressões, o que não deixa de ser diferente das lutas das mulheres, para conseguir provar o importante papel que possuem e assim, conseguir seu reconhecimento. Sendo assim, foi criado o Pronaf mulher, que é uma linha de crédito específico para elas, que entrou em vigor desde o plano safra 2005/2006.

O trabalho das mulheres rurais, que historicamente era considerado apenas uma ajuda ao trabalho dos homens, passou assim a ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas de desenvolvimento rural. Nesse contexto, o crédito Pronaf é um instrumento que pode contribuir para que as mulheres construam e ampliem a sua autonomia econômica (MDA, 2010, p. 2).

Felizmente o trabalho da mulher dentro da unidade familiar está sendo reconhecido pelas políticas públicas. Existem alguns critérios para as mulheres poderem acessar o Pronaf mulher, e de acordo com o MDA (2010, p. 5), as mulheres são enquadradas nos grupos sendo:

Grupo A – mulheres integrantes de unidades familiares assentadas de reforma agrária ou beneficiárias do crédito fundiário.

Grupo A/C – mulheres egressas do Grupo A ou do PROCERA.

Grupo B – agricultoras familiares com renda bruta anual de até R\$ 4 mil.

Grupo C – agricultoras familiares com renda bruta anual acima de R\$ 4 mil e até R\$ 18 mil.

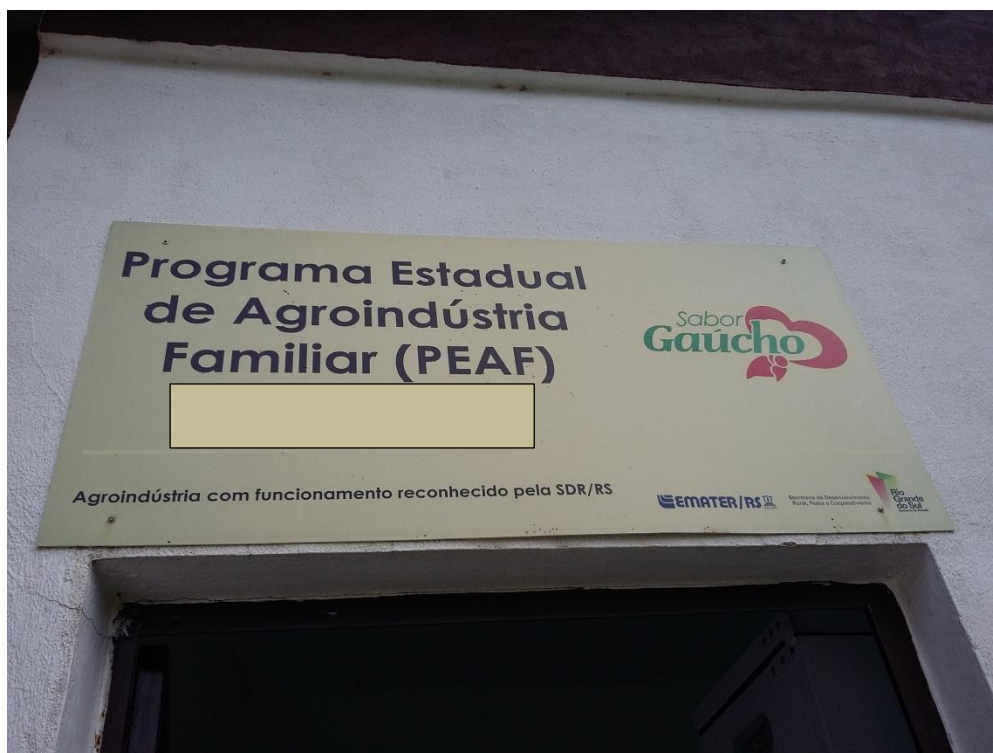
Grupo D - agricultoras familiares com renda bruta anual acima de R\$ 18mil e até R\$ 50 mil.

Grupo E – agricultoras familiares com renda bruta anual acima de R\$ 50 mil e até R\$ 110 mil.

E para conseguir acessar o Pronaf é necessário possuir a DAP, que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf, é um documento de identificação do agricultor familiar.

E além do Pronaf, também foi falado no PEAf, pois a produtora 5, da agroindústria de massas, relatou que “participei do Programa Estadual de Agroindústria Familiar” (Figura 9).

Figura 9: Agroindústria do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF).



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

A criação do Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, “Sabor Gaúcho”, que foi transformado em Política Estadual de Agroindústria Familiar, criada pela Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pela Lei Federal nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009, são alguns dos exemplos de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Estas ações demonstram respeito aos valores de uma agricultura voltada à diversificação dos sistemas produtivos e do meio ambiente, com seu foco na agroecologia (Secretaria do Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, 2016).

Em muitos casos é possível perceber que a burocracia dificulta o acesso dos produtores a muitos programas, porém no caso do PEAf, para ser possível a implantação e legalização das agroindústrias, o Estado desenvolveu uma série de medidas. Para isso, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), criado pelo Decreto Estadual nº 49.341 de 5 de julho 2012, oportuniza linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos; amplia a participação dos agricultores familiares no PAA e no PNAE; oferece serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental com a disponibilização de perfis agroindustriais, *layout* de rótulos, entre outros (SDR, 2016).

O objetivo geral do PEAf é possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições de vida, bem como contribuir para o desencadeamento de um processo de desenvolvimento socioeconômico em nível municipal, estadual e federal. Os objetivos específicos são: 1) Apoiar a implantação de agroindústrias familiares em estabelecimentos rurais; 2) Apoiar a legalização de agroindústrias familiares que se encontram na informalidade; 3) Proporcionar a qualificação profissional dos beneficiários; 4) Oferecer assistência técnica e extensão rural; e 5) Apoiar a participação dos agricultores familiares em feiras, eventos e pontos de comercialização. O público alvo são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e pescadores profissionais artesanais que tenham agroindústria ou que pretendam implantar unidades de processamento artesanal da produção agropecuária de forma coletiva ou individual (SDR, 2015).

É possível verificar que este Programa do Estado contribui para a valorização e fortalecimento da agricultura familiar, principalmente na questão da informalidade, pois muitas vezes o produtor faz um produto bom, de qualidade, mas não está legalizado, deixando de fornecer para vários lugares, e até mesmo, para o PNAE, pois é necessário ter a agroindústria legalizada.

O PEAf ainda fornece o selo Sabor Gaúcho (Figura 10) para as agroindústrias que estão com as questões fiscal, sanitária e ambiental em dia, cumprindo também vários outros critérios estabelecidos. Esse selo é sinônimo de produção oriunda da agricultura familiar, com métodos artesanais, desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda no campo e preservação ambiental (SDR, 2015).

Figura 10: Selo Sabor Gaúcho.



Fonte: sdr.rs.gov.br

Assim, é possível perceber que existem políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, e no caso do município de Nova Palma/ RS, muitos conseguem ter acesso às mesmas. Mas é importante que olhares do governo se volte cada vez mais para esse importante segmento que tem um grande potencial para o desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação (PNAE) desde 2009, onde determina que no mínimo 30% da merenda seja oriundo da agricultura familiar, veio para contribuir na valorização e fortalecimento dos agricultores familiares. Com o PNAE os produtores têm uma venda garantida de seus produtos, e assim, uma renda extra na propriedade. Também, é possível ligar o Programa como um incentivo para o jovem continuar no campo, e para o idoso, uma forma de valorização do seu trabalho.

Além de o Programa ocasionar consequências positivas para os agricultores, para os escolares, o PNAE possui uma importante função, pois contribui de maneira significativa no consumo de alimentos mais saudáveis, com procedência, de qualidade, em detrimento de produtos industrializados, enlatados, como era há uns anos atrás. Outra questão observada foi com relação ao resgate de alimentos que eram cultivados no município, mas que não eram fornecidos nas escolas antes da inserção da agricultura familiar no PNAE. Com relação à alimentação dos alunos, acontecem oficinas voltadas a uma educação alimentar, contribuindo ainda mais para a melhoria da alimentação dos alunos, e também, ocorrem oficinas com as merendeiras, porém não está sendo muito frequente.

Foi possível verificar que no município de Nova Palma o PNAE consegue atingir os seus objetivos, pois na visão de todos os entrevistados que tem contato com o Programa, ficou constatada a geração de trabalho, de renda, a qualidade dos alimentos fornecidos para as escolas. Infelizmente neste ano, devido à falta de repasse do governo do Estado, as compras diminuíram um pouco, pois o município passou a comprar apenas para as escolas municipais, ficando a cargo dos produtores entregarem seus produtos para as escolas estaduais, o que dificultou para os mesmos. Mas essa questão não tem relação direta com o PNAE, e sim, questões entre o Estado e o município.

Sendo assim, a pesquisa conseguiu atingir os seus objetivos propostos, mostrando os benefícios e as contradições existentes tanto no lado social como econômico do Programa no município em questão, sendo possível verificar que o PNAE no município de Nova Palma contribui na valorização da agricultura

familiar e, garante alimentos com mais qualidade para os alunos nas escolas beneficiadas. Porém, seria necessário que mais produtores se incluíssem no Programa, para que as compras da agricultura familiar aumentassem ainda mais no município.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et. al. Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar. CPPP/ Epagri, Chapecó/SC. S/D.
- ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. S/D. Disponível em: portal.mda.gov.br – acesso em janeiro de 2016.
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 12, n. 1, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de 16 de julho de 2009. Disponível em: www.fnde.gov.br/programa/alimentação-escolar - acessado em maio de 2015.
- BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, nº 10. 2003.
- BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F. Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito à Alimentação Adequada (DHAA). In: BURITY, V. et. al. (Orgs.). **Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.
- CALDAS, E. L.; ÁVILA, M. L. Continuidade de Políticas Públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Revista Espaço Acadêmico*. N. 148, 2013.

CHAYANOV, A. V. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. (Org.). **CHAYANOV e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança Alimentar e Agricultura Sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência e Ambiente**. 2003.

CHAVES, L. G. et. al. O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Rev. Nutrição**. 22(6), 2009.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas para o desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/ Pallotti, 2003.

CONSTANTY, H. F. et. al. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade: o caso de Marechal Cândido Rondon. Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Paraná, 2013. **Anais**.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, 2006.

DIAS, J. B.; SANTOS, L. C. dos. Ambiente, Paisagem e Agricultura Familiar da Região Metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. (Orgs.). **Do Rural Invisível ao Rural que se Reconhece: Dilemas Socioambientais na Agricultura Familiar**. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Cartilha do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Aquisição de produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. 2013 – Disponível em: www.fnnde.gov.br – acessado em abril de 2016.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estud. soc. agric**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, 2007.

GEHLEN, I. Políticas Públicas e Desenvolvimento Social Rural. São Paulo em Perspectiva, 18(2), 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. V. 5 – N. 1. 2004.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUILHOTO, J. et.al. A importância da Agricultura Familiar no Brasil e em seus estados. S/D. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf - acessado em maio de 2015.

HESPANHOL, A. N. O Desenvolvimento do Campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HESPANHOL, R. A. M. A contribuição do trabalho de campo para a pesquisa científica. In: DAVID, C. WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs.). **Agricultura e Transformações socioespaciais**: Olhares geográficos e a pesquisa de campo. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

ITAQUI, J. **Quarta Colônia**: Inventários Técnicos. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia, 2002.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M.; BATISTA, S. H. S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de

profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciência e Saúde Coletiva**. 18(4), 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil**: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: AS – PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno “Segurança Alimentar”**. S/D. Disponível em: ieham.org/caderno_seguranca_alimentar.pdf – acesso em abril de 2016.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, vol. IV, 1996.

MANFIO, V. A Dinâmica da CAMNPAL na Pequena Cidade de Nova Palma – RS: A (Re) Estruturação Urbana e o Desenvolvimento Local. *Bol. geogr., Maringá*, v. 32, n. 2, 2014.

MANFIO, V. Agricultura Familiar no Município de Nova Palma – RS: uma análise sobre as dinâmicas e potencialidades. **Geographia Meridionalis**. V. 01, n. 02. 2015.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARQUES, J. F. Agricultura e Meio Ambiente: Breves Considerações. In: HAMMES, Valéria. **Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Embrapa: Brasília, 2012.

MATTEI, L. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Concepção, Abrangência e Limites Observados. 2015.

MEDEIROS, L. S. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Coord.). **Una nueva ruralidade em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MINAYO, M. C. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013. Disponível em: www.mda.gov.br – acessado em abril de 2016.

MORAES, C.; VIERO, J.; SOUZA, S. E. **Metodologia da Pesquisa.** Santa Maria: Imprensa Universitária, 2008.

MOREIRA, M. R. S. Um olhar sobre a agricultura familiar, a saúde humana e o ambiente. **Ciência e Cultura.** Vol. 65 n° 3. São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. M. Resenha: Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. **Agrária.** São Paulo, n. 2. 2005.

PEIXINHO, A. M. L. Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2011.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: DAVID, C. de.; WIZNIEWSKY, C. R. F. (Orgs.). **Agricultura e Transformações socioespaciais: Olhares geográficos e a pesquisa de campo.** Porto Alegre: Evangraf/ Jadeditora, 2015.

PICOLOTTO, E. L. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direitos. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

Prefeitura Municipal de Nova Palma, S/D – Disponível em: novapalma.rs.gov.br – acessado em março de 2015.

RODRIGUES, L. P. F.; ZANETI, I. C. B.; LARANJEIRA, N.P. Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Gestão Ambiental para a promoção da Saúde e Qualidade de Vida. 2012.

SALAMONI, G. Produção familiar camponesa: a agroecologia como estratégia frente à integração aos complexos agroindustriais. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; DAVID, C. **Agricultura e Transformações socioespaciais: Olhares geográficos e a pesquisa de campo.** Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

SAMBUICHI, R. H. R. et. al. Compras Públicas Sustentáveis e Agricultura Familiar: a experiência do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R. H. R. et. al. (Orgs.). **Políticas Agroambientais e Sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, F., TONEZER, C.; RAMBO, A. G. Agroecologia e Agricultura Familiar: um caminho para a soberania alimentar? In: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. **Anais.**

SARAIVA, E. B; et. al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva.** 18(4), 2013.

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: Elementos Teóricos e um Estudo de Caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs.). **Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.

SCHULTZ, G. Relações com o mercado e (re) construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Agrário e Cooperativismo – 2015 – Disponível em: www.sdr.gov.br/peaf - acessado em outubro de 2016.

SOUZA, O. T.; BRANDENBURG, A. Políticas públicas, trajetórias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H.M.P. **Do Rural**

Invisível ao Rural que se Reconhece: Dilemas Socioambientais na Agricultura Familiar. Curitiba: Ed. UFPR, 2012.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STOFFEL, J. Agricultura Familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. S/D.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/ UFRRJ.

APÉNDICES

Roteiro de entrevista com os agricultores participantes do pnae

- Participa há quanto tempo do pnae?
- Quais produtos fornece para pnae?
- Vende produtos para outros lugares?
- Produz alimentos orgânicos?
- acha que o pnae contribui para o fortalecimento da agricultura familiar?
- pretende continuar no programa?
- possuem filhos nas escolas beneficiadas com os alimentos?
- os filhos ajudam na produção?
- e os filhos pretendem dar segmento na propriedade?
- como era antes de começar a participar do programa?
- se você pudesse mudar alguma coisa no programa, o que seria?
- sobre o valor repassado para vocês, é bom?
- participa de outro programa? Se sim, qual?

Roteiro de entrevista com a extensionista da Emater

- desde que ano acompanha o pnae?
- tem conhecimento / contato com outro programa para os agricultores familiares? Se sim, qual a vantagem e desvantagem do pnae com relação a esse programa?
- acha que o pnae contribui para a valorização e fortalecimento da agricultura familiar?
- se pudesse modificar alguma coisa, o que seria?
- notou alguma mudança na vida desses agricultores participantes do programa?
- a Emater dá assistência a esses produtores na produção de alimentos?
- como acha que o pnae contribui com a segurança alimentar?
- é trabalhada a questão da segurança alimentar com os produtores? De que forma?

Roteiro para entrevista com a nutricionista do município

- desde quando acompanha o pnae?
- tem conhecimento / contato com outro programa para os agricultores familiares? Se sim, qual a vantagem e desvantagem do pnae com relação a esse programa?
- o pnae no município contribui na qualidade dos alimentos? Os alimentos na entrega são vistos e avaliados para saber se estão em boas condições?
- e com relação a segurança alimentar, o que você teria a dizer?
- acha que contribui no fortalecimento e valorização dos agricultores familiares? Porque?
- saberia dizer as principais vantagens do pnae para:
 - alunos:
 - produtores:
 - município:
- ve alguma desvantagem no pnae?
- se pudesse modificar alguma coisa no programa, o que seria?
- o que acha que o pnae mudou na vida dos produtores participantes?
- acha que os produtores devido a participação no pnae, se preocupam mais com qualidade dos alimentos na entrega?
- são feitas oficinas nas escolas com os alunos e merendeiras? Se sim, com que finalidade?
- o que acha que essas oficinas contribuem? Durante as oficinas, é falado nos agricultores familiares?

- consegue verificar a visão que os alunos possuem com os agricultores familiares?

Roteiro para entrevista com merendeira

- há quanto tempo está na escola?
- que diferença notou nos alimentos desde a implantação do PNAE
- notou se aumentou o consumo de algum alimento por parte dos alunos?
- qual o cardápio preferido dos alunos?
- com o PNAE algum alimento foi resgatado?
- já tiveram alguns casos de chegar alimentos estragados?
- o que tem a dizer sobre a qualidade dos alimentos?
- são realizadas oficinas com vocês? Se sim, com qual finalidade?